

LÓGICA HISTÓRICA DO MODELO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MOÇAMBIQUE

Carlos Nuno Castel-Branco

(...) se o desenvolvimento do capitalismo exige que as classes trabalhadoras sejam expropriadas e exploradas, será, do seu ponto de vista, mais legítimo que o sejam pelos capitalistas que são seus compatriotas?

(Karl Marx, 1847)

(...) o Governo do Estado moderno é apenas um comité para gerir os negócios comuns de toda a burguesia.

(Karl Marx & Friedrich Engels, 1848)

INTRODUÇÃO

Em artigos anteriores, nesta secção económica, foram descritas as dinâmicas estruturais da economia de Moçambique. Um dos artigos, que discutiu as dinâmicas de crise (Castel-Branco, 2017), terminou com duas questões: se o modo de acumulação de capital descrito é tão problemático, de onde vem e porque persiste e se reproduz? Será que divergências de interpretação das lições das crises anteriores são suficientes para explicar a resiliência do modelo económico, ou haverá factores estruturais, historicamente localizados, mais profundos e objectivos? A segunda pergunta é retórica, na medida em que divergências de interpretação das crises são conceptuais, e os sistemas de conceitos e ideias, bem como as suas instituições, são influenciados e, até, determinados pela base material e pela experiência social prática. Assim, as tensões, os conflitos e antagonismos conceptuais devem reflectir tensões, antagonismos e conflitos objectivos, materiais e práticos, pelo que a resposta a estas perguntas requer a utilização da dialéctica ligações-agentes como instrumento de investigação histórica. Logo, este artigo tenta responder a estas perguntas investigando a lógica, dilemas e desafios históricos essenciais da formação e do desenvolvimento do capitalismo em Moçambique, destacando quatro particularidades: o carácter, ou argumento, «nacionalista» do processo de formação das

dinâmicas e tensões de classe na fase de acumulação primitiva de capital, o papel do Estado neste processo, o contexto neoliberal e de financeirização global do capitalismo que forneceu uma parte essencial do quadro em que o capitalismo nacional moçambicano se formou, e a interdependência entre o capitalismo nacional e as dinâmicas do capital multinacional monopolista, regional ou global.

O artigo está, implicitamente, organizado em duas partes essenciais, uma mais conceptual, focada na localização teórica do processo de acumulação de capital, que inclui as suas duas primeiras secções, e outra mais aplicada, focada na demonstração das condições históricas específicas, que inclui as duas secções restantes. A primeira secção coloca a experiência moçambicana no contexto teórico geral e histórico específico de acumulação primitiva de capital, enquanto a segunda é focada no debate sobre a relevância histórica da formação da burguesia e do capitalismo nacional em África, com referência particular para Moçambique. A terceira secção trata do contexto internacional da formação do capitalismo moçambicano, tocando em dois pontos essenciais, nomeadamente a reestruturação e globalização do capitalismo sul-africano pós-*apartheid* e as dinâmicas de financeirização do capitalismo global no contexto da ofensiva neoliberal. A quarta secção aborda as transições históricas na formação da burguesia capitalista nacional, de uma classe de proprietários sem capital, para uma de oligarcas emergentes, e o papel específico do Estado nessas transições.

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITAL

Marx (1976: 873-940) descreve o processo de acumulação primitiva de capital como nada mais do que a separação dos produtores dos meios de produção. Isto é, a acumulação primitiva de capital é um processo social, económico e político que opera duas transformações fundamentais na sociedade: por um lado, os meios sociais essenciais de subsistência e de produção são transformados em capital e, por outro lado, os produtores directos são transformados em trabalhadores assalariados, separados da posse desses meios sociais de subsistência e produção. Este processo começa com a expropriação da terra e da população agrícola, o controlo das condições de trabalho e de contratação para aumentar lucros remunerando a força de trabalho abaixo do seu custo de subsistência, a reprodução de um exército de desempregados e subempregados disponível, mas cujos custos de reprodução social são suportados pelos próprios e pelas suas famílias ou por organizações de caridade, e não pelo Estado ou pelo capital. Historicamente, a revolução agrária é uma parte central deste processo de acumulação primitiva por causa de quatro factores: (i) a «libertação», ou separação, da força de trabalho em relação à terra e aos meios de produção da sua subsistência, criando as «reservas» de força de trabalho assalariada; (ii) o aumento da produtividade agrícola para garantir comida, principal meio de subsistência, a baixo custo,

que permita a reprodução social de força de trabalho barata; (iii) a provisão de um mercado doméstico para a produção industrial emergente e de matérias-primas para a indústria; e (iv) a transformação da terra em capital.

No caso moçambicano, o capitalismo nacional não está a emergir de formas de produção historicamente anteriores ao modo capitalista de produção. O colonialismo encarregou-se de operar essa transição, que conduziu à expropriação maciça da terra e dos recursos a baixo custo; formou o semiproletariado rural dependente dos mercados de trabalho e de bens agrícolas; manteve-o ligado à terra como forma de garantir a sua disponibilidade, mesmo remunerado abaixo dos custos sociais de subsistência; criou e reproduziu um sistema de rentabilidade e acumulação baseado em mão-de-obra barata e expropriação, a baixo custo, da terra e dos recursos naturais; integrou a economia no sistema capitalista mundial e, de um modo mais geral, subordinou, formal e informalmente, a actividade económica e social aos ditames da acumulação capitalista (O’Laughlin, 1981, 1996; Wuyts, 1980, 1981; Castel-Branco, 1996, 2002a). Historicamente nova é a emergência das classes capitalistas nacionais, numa escala e velocidade sem precedentes na história do País, em aliança com capital multinacional, por via da expropriação do Estado e dos camponeses, dos artesãos e da pequena e média empresa, bem como através do controlo da apropriação e utilização do excedente. Portanto, este é um processo de moçambicanização do capitalismo, com dependência externa e crescente concentração e centralização do capital, e de reestruturação do modo de acumulação para o adaptar a condições e objectivos históricos novos. O processo de acumulação de capital em Moçambique é, no essencial, idêntico à descrição marxista da história de acumulação primitiva de capital. No entanto, contém especificidades próprias do seu contexto histórico. Primeira, o processo de acumulação capitalista primitiva e de formação das classes capitalistas nacionais ocorre dentro de estruturas e parâmetros de acumulação definidos num período histórico anterior, que incluem as estruturas produtivas, de apropriação e de distribuição do rendimento (discutidas em artigos anteriores), as suas dinâmicas de expansão, estabilidade e crise, a integração, em termos desiguais, na economia regional, subordinada ao capital sul-africano, e na economia mundial.

Segunda, este processo acontece em condições de subordinação e aliança com o capital multinacional, na sequência de um longo processo histórico que envolveu a reestruturação económica, centrada no Estado, da economia colonial, a que se seguiu uma etapa de privatização dos activos e de acesso a recursos e a poder económico a partir da expropriação do próprio Estado. Um sector privado proprietário emergiu, mas o processo de acumulação capitalista em larga escala não se reproduziu. Portanto, a tarefa histórica do processo contemporâneo de acumulação capitalista reside em atrair capital e transformar proprietários nacionais em capitalistas, usando o poder do Estado para o efeito – para garantir a orientação económica, as ligações privadas, a rentabilidade do capital, a comunicação entre capital doméstico e internacional e a expropriação da terra e outros recursos.

Terceira, o processo de acumulação primitiva de capital em Moçambique ocorre por via da construção de uma economia dominada por um núcleo extractivo, em torno do qual se constrói uma rede de serviços, infra-estruturas e finanças, ambos dependentes de interesses e impulsos de capital multinacional concentrado em recursos, processos de produção e produtos primários. A porosidade social da economia funciona como mecanismo de comunicação entre o capital doméstico e internacional, permitindo ao primeiro a expropriação, a baixo custo, e o controlo dos recursos, bem como o acesso a rendas, lucros e participações. O afunilamento das oportunidades de emprego, a expropriação de recursos e modos de vida, a baixo custo para o capital, e a reprodução do emprego assalariado remunerado abaixo dos custos sociais de subsistência da força de trabalho criam pobreza e impedem a generalização do aumento da produtividade à economia como um todo. A dependência histórica deste processo em relação à capacidade do Estado de continuar a expropriar-se, para alimentar a acumulação capitalista, está associada à continuidade da ajuda externa de que o Governo moçambicano é receptor, pois a ajuda externa permite financiar a provisão de serviços públicos, bem como à especulação sobre o futuro, nomeadamente sobre os hipotéticos fluxos futuros de recursos provenientes da exploração das reservas energéticas, a qual atrai capital externo com base na especulação sobre expectativas e no papel do endividamento público na redução dos riscos e custos do grande investimento

Quarta, diferentemente do processo descrito por Marx, a actual fase de acumulação primitiva de capital em Moçambique não está ainda ligada a uma revolução agrária que liberte força de trabalho, gere meios de subsistência a baixo custo e forme um mercado para produtos industriais. O Plano Quinquenal do Governo 2015-19 (PQG 15-19), os vários Planos de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) anteriores ao PQG 15-19 e a política agrária de Moçambique enfatizam o papel da transformação agrária por via da produção de mercadorias agrícolas primárias para exportação, como parte do processo mais geral de expansão do capitalismo por via da aliança entre capitalistas nacionais e companhias multinacionais. No entanto, estes programas não discutem elementos de transformação agrária para além da reprodução e generalização de sistemas de produção, já experimentados, de monocultura, combinando plantações e pequenos produtores. Pouca atenção é dada ao papel da agricultura na criação do proletariado, e a como é que isso será feito. Não emerge um reconhecimento efectivo dos conflitos, contradições e opções entre os diferentes modelos de produção e acumulação, prioridades e interesses, muito menos como lidar com eles (por exemplo, com o problema das expropriações e dos reassentamentos e as suas implicações para a reprodução da força de trabalho, questões ambientais, reestruturação dos mercados e outros, relacionados com o aumento do número de empresas de grande escala nas zonas rurais).

Quinta, em condições de globalização e financeirização do capitalismo, a aliança, ainda que subordinada, com o capital multinacional é fundamental para a formação das classes capi-

talistas nacionais, com o Estado a jogar o papel de criador das condições para atrair capital internacional, maximizar as suas rendas e lucros, gerar novas oportunidades de negócios em grande escala pondo os seus recursos, inclusive a sua margem de endividamento, ao serviço da acumulação privada (especialmente na rede de serviços e infra-estruturas que rodeiam o núcleo extractivo da economia), expropriando e expropriando-se e garantindo a absorção privada do excedente pelo capital doméstico emergente. Portanto, o Governo do Estado moçambicano contemporâneo exerce o papel de «comité de gestão dos negócios comuns da grande burguesia» (Marx & Engels, 1848), mas com uma dimensão mais ampla e interventiva. Este processo não é inteiramente novo na história do capitalismo moderno – por exemplo, os Estados das economias capitalistas ocidentais «expropriaram-se» para resgatarem os bancos privados e salvarem o capital financeiro, gerando, em troca, uma crise fiscal que os torna incapazes de prosseguirem políticas económicas e sociais mais amplas e os leva a imporem medidas draconianas de austeridade sobre o resto da sociedade (Fine, 2007, 2009a, 2009b, 2012a, 2013). O que é diferente, no processo moçambicano, é que a subordinação do Estado ao capital financeiro multinacional é usada para a criação da burguesia capitalista nacional,¹ não apenas para salvar parte dela.

Portanto, há uma combinação da generalização das formas de produção capitalistas em grande escala, níveis de investimento sem precedentes na história de Moçambique, maciça expropriação e reassentamento de famílias rurais, em especial nas zonas mineiras, de hidrocarbonetos, florestais e de produção de outras mercadorias primárias, com as formas coloniais de reprodução social da força de trabalho (remuneração abaixo dos custos sociais de subsistência, manutenção das várias formas de produção de subsistência como parte integrante da expansão do modo capitalista de produção). Este processo socioeconómico é limitado pela rápida expansão do capital, pois esta coloca pressões sobre a capacidade de autoprodução dos meios de subsistência das famílias. O Estado colonial procurou manter o semiproletariado ligado à terra para o manter barato (O’Laughlin, 1981; Wuyts, 1981), mas a reprodução de tal processo pode não ser consistente com a rápida expropriação em curso nas zonas de maior penetração do capital multinacional. Se a produção dos meios de subsistência básicos não for garantida, a aceleração da expansão da economia extractiva poderá criar mais pobreza e tensão social.

Nas condições históricas específicas de Moçambique, a obsessão com a formação da burguesia capitalista nacional, acompanhada pela negligência em relação às condições de subsistência das classes trabalhadoras, é, logicamente derivada dos interesses do grande capital e pode acelerar, a curto prazo, o processo de acumulação de capital financeiro.

¹ Por razões históricas, «burguesia capitalista» é entendido pejorativamente em Moçambique. Não é com esse sentido pejorativo que o conceito é usado neste texto, onde, sem juízos de valor, apenas tem a função de elemento descritivo e analítico histórico, referindo-se à classe de proprietários de capital (meios de produção e dinheiro) que prossegue a acumulação de capital pela geração de excedente e extracção ou partilha da mais-valia (em forma de lucro, rendas ou juros).

No entanto, a médio e longo prazo estas dinâmicas conduzem a rupturas fundamentais no processo de desenvolvimento capitalista e no tecido social, quer por via da tensão e do conflito social e político, quer por via do tipo de estrutura produtiva e de distribuição afunilada e porosa que poderá ser reproduzida, e que incorpora factores fundamentais de instabilidade e vulnerabilidade, como a recente crise da dívida o demonstra (Figura 1).



MANIFESTO CAPITALISTA – SOBRE IMPERATIVOS E RELEVÂNCIA HISTÓRICA DO CAPITALISMO NACIONAL

Na segunda metade da década de 1980, numa palestra muito concorrida, que teve lugar num dos hotéis da cidade de Maputo, Armando Guebuza² defendeu a lógica da necessidade e do processo de reorientar a política nacional para promover acumulação capitalista nacional. Segundo o seu argumento, em face da globalização capitalista, o partido e o Estado tinham a tarefa de garantir a soberania política e económica de Moçambique e sobre os seus recursos estratégicos, o que requereria o desenvolvimento de uma classe capitalista doméstica capaz de representar os interesses nacionais e ditar o rumo do desenvolvimento nacional, em vez de o ter ditado apenas por forças externas [os mesmos argumentos seriam usados, década e meia mais tarde, para justificar, no texto da Agenda 2025, a declaração de que a formação da

² Na época, Armando Guebuza era membro do Bureau Político (equivalente ao que hoje é a Comissão Política) do Comité Central do Partido Frelimo e ministro dos Transportes e Comunicações do Governo de Moçambique. Entre 2005 e 2015, Guebuza foi presidente da Frelimo e Presidente da República de Moçambique.

burguesia nacional era um imperativo do desenvolvimento da Nação (Moçambique, 2001)]. Segundo Guebuza, este processo requereria qualificações e capital. As qualificações proviriam do partido e do Estado (onde se acumulara a experiência de gestão do País e a lealdade nacionalista), bem como dos jovens de famílias nacionalistas em formação. Logo, estes grupos de elite deveriam ser mobilizados para a formação da burguesia nacional. Nas condições históricas de Moçambique, o capital teria de provir das suas principais fontes externas, ajuda externa, investimento directo estrangeiro (IDE) e créditos internacionais, porque as classes capitalistas emergentes, com excepção de comerciantes moçambicanos de origem asiática, não eram detentoras de capital e porque a crise económica da primeira metade dos anos 1980 havia arruinado a economia. Além de mobilizar capital externo seria necessário encontrar um mecanismo de comunicação entre o capital internacional e elites domésticas que permitisse usar esses influxos financeiros para capitalizar a burguesia nacional emergente. Guebuza alertou para o risco de o processo de privatização das empresas estatais ou intervencionadas pelo Estado, que então se iniciava, transferir o grosso dos activos económicos para as mãos de capitalistas estrangeiros ou de nacionais de grupos étnicos minoritários, perdendo-se assim, mais uma vez, a oportunidade histórica de formação das elites capitalistas nacionais maioritárias (ou autênticas).

Pela sua influência e preponderância ideológica, política e histórica, Guebuza provavelmente era, na época, a melhor pessoa para articular publicamente este argumento, mas o argumento em si reflectia aspirações sociais de classe legítimas (tão legítimas quanto quaisquer aspirações sociais de classe podem ser), que emergiam em condições históricas específicas, de crise (económica e do regime) e transição, e em aberto conflito com a linha anticapitalista tradicional da Frelimo. Portanto, este discurso era o manifesto capitalista de Moçambique, em oposição, mas aproveitando genialmente a linguagem nacionalista radical (nacionalismo económico justificado como oposição ao imperialismo) e o «estatismo» da esquerda ortodoxa da Frelimo como instrumento desse capitalismo nacionalista (pois ao Estado estaria reservado o papel histórico de construir a relação triangular com o capital nacional e internacional e de se expropriar em favor da valorização do poder da burguesia nacional nessa relação).

Este argumento tinha implícitas cinco referências históricas, que são fundamentais para o estudo das actuais dinâmicas de acumulação. Primeira, tanto o colonialismo como o Governo moçambicano pós-independência limitaram e estruturaram o desenvolvimento de classes capitalistas nacionais, o que resultou no subdesenvolvimento da burguesia nacional.³

³ No colonialismo, o desenvolvimento das classes capitalistas nacionais foi limitado e estruturado por causa do enfoque dado ao processo de acumulação primitiva da burguesia portuguesa, bem como outras razões relacionadas com controlo político mais geral dos recursos e da sociedade. Na primeira década pós-independência, a limitação ao desenvolvimento da burguesia capitalista nacional foi causada pela abordagem anticapitalista do regime, que defendia a necessidade de «matar o jacaré enquanto está no ovo» isto é, de combater a burguesia impedindo que esta pudesse emergir e consolidar-se.

Segunda, dada a herança histórica colonial, a formação e as tensões de classe (incluindo, naturalmente, a formação de classes capitalistas e proletarizadas) desenvolveram-se em linhas raciais e, portanto, adquiriram uma dimensão nacional afunilada (no sentido de origem étnica e racial). Ou seja, na óptica do nacionalismo económico, a libertação nacional não estaria completa até se desenvolver uma forte burguesia capitalista negra doméstica, profetizando o que duas décadas mais tarde viria a acontecer mais generalizadamente na África Austral, o *black economic empowerment* (BEE), sob a bandeira de acção afirmativa e do renascimento e auto-estima africanos com retórica anti-imperialista (Castel-Branco, 2007; Tutashinda, 1978; O'Laughlin, 1996).

Uma das principais expressões do objectivo político mais amplo da luta de libertação nacional em Moçambique, «libertar a terra e os Homens», passou a conter um sentido oposto ao que havia tido até então. Esta frase havia simbolizado a dimensão revolucionária e socialista da luta de libertação nacional, pois os Homens eram libertados da exploração capitalista à medida que a terra era libertada da ocupação colonial (Machel, 1973, 1974, 1977). Na nova filosofia política do nacionalismo económico, os Homens deveriam ter a possibilidade de se tornarem capitalistas, libertando-se dos bloqueios que o colonialismo e o imperialismo representavam para o desenvolvimento do capitalismo nacional, à medida que a terra era libertada (neste caso, expropriada ao Estado e aos camponeses) e posta à disponibilidade desse processo de acumulação capitalista doméstico.

O controlo dos recursos e opções nacionais, com apoio do capital internacional, dava uma aparente dimensão nacional à abordagem de desenvolvimento capitalista, escondendo a dimensão de classe, pois havia, para o discurso político do nacionalismo económico, ficado irrelevante dada a ameaça histórica que o imperialismo representava para a soberania e as opções de desenvolvimento nacionais. Portanto, a alternativa ao imperialismo já não era o socialismo, mas o capitalismo nacional. O argumento estava articulado de modo que a formação de capitalistas nacionais se tornasse um imperativo nacionalista e fosse entendido como continuidade dos objectivos progressistas da luta de libertação nacional.

A terceira referência histórica fundamental, praticamente inevitável num contexto de afirmação categórica do direito inalienável ao capitalismo nacional, é a limitação da análise do processo de acumulação primitiva de capital a um dos factores da equação, a formação da burguesia capitalista nacional. O foco da análise foi colocado nos recursos materiais que pudessem ser usados como trampolim para a formação da burguesia nacional, com pouca reflexão dada a factores tão vitais como a formação e o sustento da reprodução social da força de trabalho, que determinam as formas de organização e articulação da produção e da economia. De uma certa maneira, a forma mais fácil de acelerar a acumulação primitiva de capital era reproduzir a economia colonial em grande escala e com mais rendas. No entanto, resolver apenas o problema de formar capitalistas, com propriedade e com dinheiro, não resolve o problema da

expansão contínua do capitalismo, pois expropria sem proletarianizar e empregar, gera miséria e novas tensões sociais, e reduz as fontes de impulso ao desenvolvimento económico às dinâmicas e interesses do capital multinacional (Marx, 1976, 1978; Luxemburg, 2003; Bukharin, 2003; Lenin, 2010; Mandel, 1980).

A quarta referência histórica reconhecia a burguesia capitalista nacional emergente como o representante das mais altas aspirações da nação, do nacionalismo e do renascimento africano, que deveria e poderia ter uma existência organicamente separada do capitalismo global, ainda que historicamente dependente dele e a ele associada. Além disso, por ser nacional seria mais progressista, mais desenvolvimentista e mais relevante do que o capital estrangeiro. A continuidade das aspirações mais amplas da libertação nacional, a libertação económica, passou a ser ideológica e politicamente articulada e argumentada em termos do papel da burguesia nacional, tornando-se o Governo do Estado nacional um comité de gestão e empoderamento da burguesia nacional.

Assim, a quinta referência tinha implícita a necessidade de expropriar o Estado do seu controlo sobre os recursos naturais, empresas, capacidades técnicas e força de trabalho qualificada, por três razões. Primeira, a burguesia nacional iria surgir com base no que estava disponível, no que podia controlar e no que operava a seu favor, isto é, o Estado, o Governo e os recursos nacionais. Segunda, o projecto da burguesia nacional propunha-a como a legítima representante dos interesses nacionais. Terceira, os recursos naturais estratégicos (a terra e os recursos energéticos e mineiros) eram o meio de atracção e estímulo do capital multinacional. Fechava-se, assim, o círculo «libertador», pois a libertação dos Homens adquiria a dimensão completa do processo de acumulação primitiva, na medida em que uns eram libertados do impedimento histórico de se tornarem capitalistas, enquanto outros eram libertados, através da expropriação sistemática, da propriedade e do controlo sociais dos principais meios de produção e de sustento (que haviam exercido através do Estado), e tornavam-se agora livres para venderem a sua força de trabalho a quem a quisesse comprar, se, quando, como e a que preço o quisesse. Estes princípios foram sendo reiterados em vários discursos, entrevistas e documentos oficiais e oficiosos, desde a mais directa e célebre frase de Armando Guebuza (2004) – «... podemos, merecemos e somos capazes de ser ricos...» –, até às referências mais veladas ao imperativo da emergência da burguesia nacional como garante do desenvolvimento nacional, que viriam a surgir e generalizar-se mesmo em documentos consensuais, como a Agenda 2025 (Moçambique, 2001). Em meados da década de 2000, a Confederação das Associações Empresariais Moçambicanas (CTA), em associação com grupos políticos e empresariais sul-africanos ligados ao BEE, organizou uma conferência em Maputo em que se debateu o uso dos recursos nacionais estratégicos para a formação da burguesia capitalista nacional. «Acumulação privada» afirmava-se como imperativo nacional, o que plenamente justificava a expropriação do Estado por via da privatização da propriedade e do controlo, das rendas e de outros benefícios da exploração dos recursos estratégicos de natureza pública.

O debate sobre o desenvolvimento da burguesia nacional e do seu papel histórico, numa óptica nacionalista, não era uma questão nova em Moçambique. Tensões sobre a natureza de classe do poder pós-independência e o papel da burguesia nacional são tão antigas como a luta pela independência nacional, e *são* parte das motivações e dinâmicas dessa luta. Se as revoltas dos trabalhadores dos portos e caminhos-de-ferro e das plantações reflectiam a luta entre trabalhadores assalariados e o capitalismo colonial, já as dos plantadores de algodão eram de pequenos empregadores de trabalhadores assalariados impedidos de expandir por causa da repressão e controlo monopolista exercidos pelas autoridades coloniais. A arte política do movimento de libertação foi unir todas estas e outras motivações e expressões da luta de classes, mesmo com claras tensões entre si, num contexto histórico específico, o capitalismo colonial, em torno do objectivo comum que era a conquista da independência nacional. No entanto, os conflitos sobre a natureza social, ou de classe, da independência revelaram-se mesmo durante a luta de libertação nacional e, naturalmente, permanecem focos de tensão e conflito, com novas realidades e em torno de novas e velhas questões (Machel, 1973, 1974, 1977). O nacionalismo radical da liderança revolucionária do movimento de libertação nacional saída da luta armada [que defendia que a independência era para acabar com a exploração capitalista e não apenas para substituir exploradores brancos por exploradores pretos (Machel, 1977)] fora tão moldado por este debate e tensões como o foram as depurações internas, e as viragens para uma dimensão nacionalista afunilada, «libertação do colonialismo e do imperialismo para que o capitalismo nacional pudesse florir» (em que substituir exploradores brancos por exploradores pretos se tornou prioridade estratégica).

Estas questões não diferem, na essência, de debates fundamentais noutros países de África, América Latina e Ásia, e, até, nas economias mais avançadas, sobre o papel das burguesias nacionais, como base para a legitimidade política da promoção dos seus interesses de classe por via do Estado, num contexto de desenvolvimento cada vez mais desigual do capitalismo na era do imperialismo. Estas linhas de argumentação, abandonada a procura de opções não capitalistas de desenvolvimento, enquadram-se na extensa literatura sobre o desenvolvimento e industrialização tardios numa óptica de promoção do capitalismo nacional.⁴

Em Outubro de 2007 realizou-se em Johannesburg uma conferência académica, organizada pelo Human Sciences Research Council (HSRC), com o objectivo de iniciar a concepção e a organização de um projecto de investigação de dimensão continental, sobre o papel da África do Sul em África. Na abertura da conferência, o professor Adebayo Olukoshi, que na época era secretário executivo do Council for the Development of Social Science Research in Africa

⁴ Argumentos desta natureza estão em linha com os teóricos do desenvolvimento tardio (ou *catching up*), como Amsden (2004), Amsden, Di Caprio & Robinson (2012), Chang (1996, 2002), Jones & Sakong (1980), Kim (1997) e Kholi (1994). Mandel (1980) introduz uma perspectiva de classe e de crítica da economia política do capitalismo na sua discussão do desenvolvimento desigual, diferentemente dos teóricos do *catching up*.

(CODESRIA), apresentou uma comunicação muito interessante sobre os desafios intelectuais, políticos, sociais e económicos para o estabelecimento de uma nova relação entre a África do Sul e o resto de África. Um dos pontos marcantes da sua intervenção foi a análise do debate sobre a expansão rápida do grande capital sul-africano pelo continente e o seu impacto nos interesses de acumulação e reprodução do capital nacional em cada um dos outros países africanos. Entre outras, duas questões ressaltaram da sua análise. Primeira, a herança histórica, a base racial e o impacto constrangedor do capital sul-africano nas opções e possibilidades de desenvolvimento em cada um dos outros países levantava uma interrogação central: até que ponto este capital sul-africano era *africano*?⁵ Se fosse africano, até que ponto se comportaria melhor e seria menos imperialista do que o capital monopolista branco sul-africano? Será que a origem racial ou nacional do capital é o determinante principal do seu impacto e comportamento, ou estes dependem do enquadramento político e estratégico desse capital? Em que medida a origem histórica, racial e nacional do capital o torna mais ou menos sensível a necessidades sociais e

estratégias de desenvolvimento mais amplas, ou mais ou menos capaz de capturar o Estado e subordinar as suas políticas económicas e sociais a objectivos afinados desse capital?

Neste sentido, até que ponto o capital branco sul-africano pode ser parte dessa construção da burguesia africana anti-imperialista ou, por virtude da sua história, esse capital é parte das forças económicas do imperialismo contra as quais as burguesias africanas autênticas (negras) se confrontam?

A segunda questão colocada pelo professor Olukoshi foi a constatação de os países africanos com burguesias nacionais mais fortes e articuladas conseguirem resistir com mais sucesso à penetração desenfreada do grande capital sul-africano (como era o caso do Quênia), em grande medida pela capacidade de essas burguesias nacionais influenciarem a articulação, as prioridades e ênfases das políticas públicas. Logo, pela mesma medida, nos países onde a burguesia não era tão forte nem articulada, a penetração e a dominação do capital sul-africano eram mais fáceis, caóticas e devastadoras (casos de Moçambique e Tanzânia). Deriva-se, desta análise, que a capacidade de resistir à penetração de capital de natureza *imperialista* e manter abertas opções alternativas nacionais de desenvolvimento está associada à capacidade de promover o desenvolvimento da burguesia capitalista nacional com capacidade de utilizarem o Estado a seu favor.

Assim, uma alternativa *africana* ao capital *não africano* (sul-africano ou outro qualquer) consiste na promoção do capitalismo industrial nacional, isto é, *africano*, o que entra em conflito com os

⁵ Nesta intervenção, o questionamento da africanidade da parte dominante do capital sul-africano estava relacionado com três factores: a raça dos capitalistas, a escala do capital e as suas ligações globais não africanas. Estes factores eram justificados pelo contexto histórico em que mais de meio século de *apartheid* havia gerado privilégios de classe e estruturas de acumulação com base racista.

programas de liberalização promovidos pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e comunidade internacional ocidental, bem como com as abordagens neoliberais de integração regional e globalização. Decorre daqui que, por construção histórica, o nacionalismo económico desenvolve uma retórica crítica do neoliberalismo e do imperialismo como forma de legitimação do uso do poder do Estado para promover acumulação privada de capital, incluindo a facilitação da aliança orgânica entre o processo doméstico de acumulação primitiva de capital e o capital internacional. Esta retórica é argumentada nos termos do paradigma sobre o desenvolvimento tardio do capitalismo e do papel do Estado de desenvolvimento nesse processo.

Será que o argumento sobre a necessidade de promoção da burguesia nacional, para manter abertas opções nacionais e soberanas de desenvolvimento, é consensual como estratégia e prioridade de desenvolvimento em África? Será que a acumulação primitiva de capital (ou formação do capitalismo nacional) é a única alternativa à globalização capitalista? Será que o processo de formação de capitalistas nacionais é, de facto, uma via alternativa à globalização capitalista, ou será uma forma de imperialismo económico que favorece os detentores nacionais do poder político e económico? Em que é que os capitais branco e negro estão separados e em confronto ou, pelo contrário, estarão organicamente interligados por processos históricos contraditórios? Ou será que o argumento sobre «capital africano» é fundamental para legitimar uma estratégia de desenvolvimento que, obviamente, resulta da articulação de interesses de classe que se autopromovem e auto-impõem como representantes da (uma única, homogénea) vontade *africana* que, com base num argumento histórico racial com base histórica, reduz libertação, renascimento e auto-estima africanos ao direito de expansão e consolidação de oligarquias financeiras capitalistas *genuinamente africanas*, rejeitando a crítica ao capitalismo como sistema e a luta por alternativas ao capitalismo? (Castel-Branco, 2007; Tutashinda, 1978). Será que, na perspectiva das classes trabalhadoras africanas, é melhor ser explorado pelo capital nacional do que pelo capital internacional, ou, como ironizava Marx (1847), na sua crítica à hipocrisia dos capitalistas industriais proteccionistas europeus da primeira metade do século XIX, «... *se o desenvolvimento do capitalismo exige que as classes trabalhadoras sejam expropriadas e exploradas, será mais legítimo que o sejam pelos capitalistas que são seus compatriotas?*».

Na história contemporânea de Moçambique, à primeira década da independência (1975-84), economicamente focada em recuperar da crise do colonialismo, resistir à guerra, eliminar o subdesenvolvimento e, no processo, impedir o desenvolvimento do capitalismo nacional, construindo o aparelho de Estado de direcção da economia (Machel, 1977), seguiu-se outra década (1985-94) de ajustamento estrutural e de estabilização (privatização e liberalização com austeridade económica draconiana), com vista a travar e recuperar da crise pós-independência, acabar com a guerra e liberalizar e privatizar a economia (Castel-Branco, 1996). Duas questões emergiram, e tornaram-se fundamentais, neste período: uma vez abandonado o projecto não capitalista de desenvolvimento, como formar a burguesia nacional? E como o

fazer no contexto de globalização neoliberal do capitalismo, em que a penetração de capital multinacional poderia atrofiar ou impedir a emergência da burguesia nacional?

O Banco Mundial (1981, 1984, 1989, 1994) lançava, na época, a base intelectual e política dos programas de ajustamento estrutural neoliberais para África, com a qual declarava o condicionamento da ajuda externa à liberalização e privatização da economia, enfatizando a primazia de aspectos como a luta contra a corrupção, a abertura ao capital estrangeiro, a privatização e liberalização dos mercados, e a necessidade de desatrelar (*unleash*) ou libertar o sector privado. Como evitar a recolonização económica, num contexto histórico em que a burguesia nacional não se havia desenvolvido financeiramente (com excepção de comerciantes que haviam beneficiado do poder monopolista adquirido em condições de guerra), nem havia adquirido capacidades industriais e empresariais para tirar proveito do processo de privatização, e em que o capital estrangeiro começava a penetrar em Moçambique, com óbvias vantagens financeiras, tecnológicas, de mercados, de experiência e de reputação?

Abandonada a opção não capitalista de desenvolvimento, a desafiante e profética palestra de Guebuza, proferida meia década antes, adquiria assim o sentido de urgência e passava de filosofia política para programa político de formação das classes capitalistas nacionais. A resposta lógica da abordagem do nacionalismo económico às questões colocadas foi simples: se não é possível evitar o capitalismo multinacional, junta-te a ele; se recolonização económica é a conclusão lógica e inevitável da globalização, torna-te parte dela.

CONTEXTO INTERNACIONAL E AS CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MOÇAMBIQUE

A secção anterior discutiu a localização teórica do enfoque na acumulação primitiva de capital em Moçambique. Esta lógica foi também estruturada por um contexto internacional específico, a reestruturação económica da África Austral pós-*apartheid* e a financeirização global do capitalismo, que inclui a influência do neoliberalismo sobre a política económica nacional e a emergência de novas potências económicas, a China, o Brasil e a Índia. O esforço de formação das classes capitalistas nacionais foi intensificado neste período, pelo que não pode ter deixado de ser significativamente influenciado pelas dinâmicas internacionais mencionadas, particularmente porque o processo de acumulação primitiva ocorre em estreita aliança com o capital internacional. O contexto internacional faz parte da dialéctica ligações-agentes, que permite explicar o tipo de capitalismo e de burguesia capitalista que emerge deste processo, o papel que o Estado acaba desempenhando e as características da «revolução capitalista» da primeira década e meia do século XXI em Moçambique.

REESTRUTURAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL SUL-AFRICANO: IMPLICAÇÕES PARA MOÇAMBIQUE

O fim formal do regime do *apartheid* na África do Sul, em 1994, permitiu a expansão e globalização do capital financeiro e do complexo mineral-energético sul-africanos, anteriormente constrangidos por isolamento internacional e por sanções políticas e económicas. Neste contexto de expansão e globalização, políticas de investimento privado e comerciais substituíram as tradicionais políticas de trabalho migratório e serviços como elemento central da estratégia sul-africana de dominação económica regional (Castel-Branco, 2002b). A nova abordagem era parte de um programa mais vasto relacionado com a iniciativa de desenvolvimento espacial e outras estratégias e políticas públicas e corporativas sul-africanas. Esta mudança de enfoque e estratégia foi cristalizada na análise que o Industrial Strategy Paper (ISP) fez dos objectivos da política económica sul-africana, orientada para «(...) gerar crescimento e desenvolvimento económicos, competitivos internacionalmente e de longo prazo, e reestruturar o espaço económico do apartheid.» (ISP, 1998:12, tradução livre do autor).

Como consequência, as ligações «tradicionais», ou históricas, entre as economias sul-africana e moçambicana (em que a moçambicana fundamentalmente obtinha e utilizava rendas da «venda» de força de trabalho migratória e de serviços de transporte ferroviário) foram sendo substituídas, em grau de importância e magnitude, pelo investimento directo privado do capital sul-africano, ou associado a capital sul-africano, sobretudo na expansão do complexo mineral-energético (como a fundição de alumínio, Mozal, e a indústria do gás natural, dominada regionalmente pela Sasol), indústrias com mercados oligopolistas (bebidas, tabaco, cimento moagens de cereais), e as infra-estruturas associadas (como o corredor de Maputo, os portos de Maputo e Matola).

Assim, na primeira década pós-*apartheid* (1994-2003), as transferências dos trabalhadores moçambicanos migrantes formais na África do Sul reduziram de 70 milhões USD para 37 milhões USD, tendo o peso destas transferências nas receitas em moeda externa da economia moçambicana, excluindo ajuda externa, reduzido de 23% para 5%. Por sua vez, as receitas da prestação de serviços de transporte ferroviário e rodoviário à África do Sul aumentaram de 63 milhões USD para 98 milhões USD, mas o seu peso no total das receitas em moeda externa na economia moçambicana, excluindo ajuda externa, diminuiu de 21% para 12%. Estas mudanças reflectiam a tendência para a expansão dos serviços associada ao incremento da actividade económica entre os dois países, mas com uma redução do peso relativo das receitas destes serviços na economia por causa da expansão da capacidade de exportação dada pelos grandes projectos financiados por investimento directo estrangeiro (IDE), nomeadamente a Mozal, que, na época, passou a representar cerca de dois terços das exportações industriais de Moçambique, e mais de 40% das exportações totais, e a exploração de gás natural pela Sasol em Inhambane (Castel-Branco, 2002b, 2003, 2004, 2010).

No final da primeira década pós-*apartheid*, empresas sul-africanas, ou originariamente sul-africanas, ou associadas com empresas sul-africanas, especialmente as grandes corporações como a Eskom, IDC, Sasol, SAB, BHP Billiton, entre outras, eram responsáveis por 20% de todos os projectos de investimento privado em Moçambique e 35% dos fluxos de IDE. Estes projectos absorviam 85% do fluxo total de IDE para Moçambique, 35% do investimento directo doméstico e 75% de todo o investimento privado, o que mostra que as estratégias corporativas sul-africanas de investimento eram o catalisador do investimento privado em Moçambique, pois não só eram substanciais em si, mas atraíam financiamento, incluindo IDE, de outras fontes (*ibidem*).

No mesmo período, a África do Sul tornara-se o maior parceiro comercial de Moçambique, fonte de mais de 45% das importações e destino de pouco mais de 20% das exportações (ou pouco mais de 40%, se as exportações de alumínio para a indústria automóvel asiática na Europa forem excluídas). As importações moçambicanas da África do Sul, que aumentaram seis vezes, foram dominadas por meios de produção (combustíveis e equipamentos e peças) e alimentos. As exportações de Moçambique para a África do Sul aumentaram cerca de 40 vezes, mas ficaram concentradas em produtos energéticos. Portanto, o comércio entre as duas economias reflectia as dinâmicas de reestruturação, expansão e globalização do capitalismo sul-africano e as tendências de consolidação da economia extractiva, de especialização dependente, em Moçambique (*ibidem*).

O impacto desta reestruturação económica nas oportunidades de desenvolvimento do capitalismo nacional moçambicano foi multifacetado. Por um lado, retirou, ou reduziu substancialmente, a principal fonte de financiamento do crescimento de uma classe de camponeses médios comerciais, especialmente na zona sul de Moçambique, que dependia das transferências do trabalho migratório como fonte de acumulação de capacidade produtiva e de reserva para períodos de insegurança alimentar (Castel-Branco, 1996, 2003). Por outro lado, forçou o aumento da procura doméstica de trabalho assalariado, em contexto de crise de emprego, e limitou a produção de bens alimentares a baixo custo para o circuito comercial, contribuindo para fomentar a crise de emprego, a deterioração do poder de compra do salário e o impedimento à transformação económica intensiva em trabalho (GdM, 2010; Wuyts, 2011a). Ao mesmo tempo, gerou novas fontes de acumulação focadas no complexo mineral-energético e indústrias oligopolistas, e aguçou o esforço de mobilização de mais investimento estrangeiro como solução para os dilemas de investimento privado (qualificações, capital, tecnologia e mercados) e crescimento da classe capitalista nacional (em associação com as novas dinâmicas de investimento) (Castel-Branco, 2010, 2015a, 2015b).

Embora o investimento privado sul-africano ou associado, em Moçambique, se centrasse em capacidade produtiva directa e em infra-estruturas, já era óbvio, na segunda metade dos anos 1990, que a expansão do sector financeiro, em ligação com o controlo dos recursos, sobretudo

energéticos, era prioridade da reestruturação do capitalismo sul-africano.⁶ O Estado moçambicano e as suas classes capitalistas emergentes tiveram de se reorientar para novas dinâmicas de acumulação, em que as finanças e o complexo mineral-energético começaram a liderar o processo de acumulação privada de capital.

FINANCEIRIZAÇÃO COMO ETAPA HISTÓRICA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: IMPLICAÇÕES PARA MOÇAMBIQUE

As últimas três décadas têm sido marcadas pelo fenómeno da financeirização global do capitalismo. Um olhar às causas e às respostas políticas à crise económica internacional pode ajudar a esclarecer o que se entende por financeirização e a relação que este fenómeno tem com a economia de Moçambique e com o formato do seu padrão de acumulação de capital.

A crise económica mundial, activada pela absorção pública do colapso do sistema financeiro especulativo privado, exacerbou uma característica fundamental do neoliberalismo: a introdução de um quadro geral de austeridade social a nível global, manifestada em cortes na despesa pública e na degradação das condições de trabalho, salários e pensões numa escala sem precedente, ao mesmo tempo que se expandiram a mercantilização dos serviços públicos e sociais (por via da terceirização, parcerias público-privadas, privatização e financeirização) e os paraísos fiscais. Estas medidas de austeridade social foram adoptadas para cortar os défices públicos gerados pelo resgate público dos mercados financeiros em crise causada pela sua avidez especulativa, num contexto em que governos, mesmo de economias desenvolvidas, se tornaram menos interessados e capazes de controlar a circulação do capital financeiro e de tributar os lucros do grande capital. Para salvar o capital financeiro, o Estado expropriou-se da sua capacidade fiscal e, ao fazê-lo, perdeu legitimidade política e capacidade financeira de prosseguir políticas económicas e sociais mais amplas. Ao contrário do que os economistas neoliberais proclamam, houve, de facto, uma fortíssima intervenção selectiva do Estado para lidar com as desarticulações e disfunções do sistema capitalista, protegendo o sector financeiro à custa de tudo o resto.

DADOS SOBRE OS CUSTOS SOCIAIS DO RESGATE DO SISTEMA FINANCEIRO GLOBAL

Alguns dados esclarecerão melhor o custo da intervenção do Estado em prol do sector financeiro, bem como as contrapartidas sociais. A Tabela 1 mostra a extensão da intervenção dos

⁶ O então CEO da Mozal Construção – na fase em que a grande e moderna fundição de alumínio, Mozal, estava ainda em construção – afirmou, em 1999, que após a queda do *apartheid* a intenção do sistema financeiro sul-africano era garantir que nenhum grande investimento privado na África Subsaariana tivesse lugar sem a sua participação, pelo que o foco de atracção de capital para o subcontinente deveria ser a expectativa de retorno financeiro dada pelas estratégias, pelos serviços e pelas ambições das empresas e dos bancos sul-africanos (Castel-Branco, 2002a, 2002b). Entretanto, a área de mais rápido crescimento na economia sul-africana foi o sector financeiro, em especial seguros, tendo o peso deste sector no PIB duplicado. A aplicação especulativa de proporções crescentes do excedente pode ser uma parte das explicações para o aumento da fuga de capitais da economia sul-africana, bem como da sua incapacidade de exercer o grau de controlo ambicionado sobre os recursos da região e de promover crescimento com emprego.

Estados capitalistas avançados para o resgate do sistema financeiro, os montantes depositados em paraísos fiscais⁷ (uma parte dos quais é receita fiscal potencial perdida ou ociosa, pois os impostos não são cobrados nestes «paraísos»), e estes valores (resgate mais os depósitos em paraísos fiscais) comparados com o compromisso dessas economias com o combate à pobreza no mundo e com os custos de fornecer sistemas de saneamento, de esgoto e de água canalizada a toda a população de baixo rendimento no planeta. Entre outros aspectos, estes dados revelam que o valor monetário dos compromissos dos governos ocidentais com o resgate do sistema financeiro internacional, 14 trilhões USD, corresponde a cerca de 19% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e cerca de 280 vezes o valor dos compromissos monetários para combater a pobreza,⁸ 50 bilhões USD, e que os compromissos monetários para o combate à pobreza são insuficientes para o fornecimento de sistemas de saneamento, de esgotos e de água canalizada à população de baixo rendimento no planeta, 90 bilhões USD, que os pacotes de resgate financeiro facilmente poderiam financiar.⁹

TABELA 1: RESGATES DOS PRINCIPAIS BANCOS E COMPANHIAS DE SEGUROS PRIVADAS NA ECONOMIA MUNDIAL, E COMPARAÇÃO COM PACOTES DE COMBATE À POBREZA APROVADOS E CUSTOS DE SISTEMAS DE SANEAMENTO E ÁGUA CANALIZADA

RESGATE DOS 20 MAIORES BANCOS E COMPANHIAS DE SEGUROS (2008-2015)			PARAÍSO FISCAIS (2014)		COMPARAÇÃO COM APOIO FINANCEIRO E COM CUSTOS DE COMBATE À POBREZA	
Garantias públicas de dívida privada	Pacotes de resgate directo e renacionalização aprovados pelo G20 (2009)	Total	Montante estimado depositado em paraísos fiscais	% do custo total de resgate dos principais bancos e companhias de seguros	Pacote aprovado pelo G20 para combate à pobreza (2009)	Custo de sistemas de esgoto, saneamento e água canalizada para população de baixo rendimento
5,5 trilhões USD	8,5 trilhões USD	14 trilhões USD	9 trilhões USD	64%	50 bilhões USD	90 bilhões USD

Fontes: Fine (2009, 2012, 2013); Fine & Saad-Filho (2013, 2016); Marois (2013); Oecd (2010); Action Aid (2013); Sky News (2013); *The Guardian* (2013); *The Independent* (2013)

⁷ Paraísos fiscais são países ou regiões dentro de países onde, por lei, os impostos sobre rendimentos são cobrados a taxas substancialmente mais baixas do que as dos países ou regiões de origem das empresas ou indivíduos neles registados. Muitas empresas e indivíduos fazem o seu registo fiscal em paraísos fiscais, onde pagam apenas valores fiscais simbólicos, de modo a exilarem-se da jurisdição fiscal devida onde os impostos seriam substancialmente mais altos. As Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e várias outras organizações internacionais estimam que o valor monetário depositado por esta via em paraísos fiscais se aproxima dos nove trilhões USD, ou cerca de 12% da economia mundial. Estas estimativas são conservadoras, pois uma das características dos paraísos fiscais é a protecção da identidade de quem os usa.

⁸ Na sua cimeira de 2009, o G20 aprovou um pacote para tirar da pobreza a população mais pobre do planeta, o um bilhão mais pobre, no valor de 50 bilhões USD, ou 50 USD *per capita*, o equivalente a 0,07% do PIB mundial. Na mesma cimeira, o G20 aprovou outra resolução, o pacote de resgate directo do sistema financeiro internacional, no valor de 8,5 trilhões USD, equivalente a pouco mais de 11% do PIB mundial e 170 vezes o valor do pacote comprometido para o combate à pobreza. O G20 é um grupo constituído pelas 20 maiores economias do mundo, nomeadamente de 19 países mais a União Europeia (existe alguma disputa sobre a composição do G20, porque algumas das economias representadas foram ultrapassadas, em tamanho, por outras não representadas. Logo, estrita e rigorosamente, nem todos os 20 figuram na lista corrente das 20 maiores economias). Colectivamente, os membros do G20 congregam dois terços da população mundial, 85% do Produto Mundial Bruto e 80% do comércio mundial.

⁹ Neste texto, usamos as seguintes definições: um trilhão = mil bilhões; um bilhão = mil milhões.

TABELA 2: RESGATANDO BANCOS E COMPANHIAS PRIVADAS DE SEGUROS À CUSTA DO BEM-ESTAR SOCIAL NO REINO UNIDO

Resgate dos principais bancos e companhias de seguros no Reino Unido (2008-2015)					Perdas do PIB e do emprego (acumuladas)	Cortes na segurança social e outras despesas sociais (2010-2015)
Pacote fiscal total previsto (1)	Garantias públicas das dívidas privadas	Pacotes de resgate pagos através de impostos	Incentivos fiscais dados a multinacionais (2)	Total [(1)+(2)]		
1,2 triliões de libras	320 biliões de libras	120 biliões de libras	600 biliões de libras	1,8 triliões de libras	600 biliões de libras	240 biliões de libras

Fontes: *The Guardian* (2017); The UK Office of National Statistics (2017); Banco Mundial (2017)

TABELA 3: A CRISE FINANCEIRA GREGA – «SOCIALIZAÇÃO» DA DÍVIDA PRIVADA ESPECULATIVA

	DÍVIDA TOTAL	VULNERABILIDADE À DÍVIDA POR SECTOR SOCIAL			USO DOS EMPRÉSTIMOS COMERCIAIS (2009-2015)		TAXAS DE JURO (2009-2015)	
		Sector público	Sector privado	Famílias	Para pagamento de dívida	Para investimento	Do Banco Central Europeu	Dos bancos comerciais
2011	361 biliões USD	27%	41%	32%	90%	10%	1,5%	7,5%
2015	330 biliões USD	77%	5%	18%				

Fonte: Truth Committee on the Greek Public Debt (2015-2016); Banco Mundial (2017)

A Tabela 2 ilustra os efeitos de decisões do Governo conservador britânico para proteger o sistema financeiro, ao mesmo tempo que corta nas despesas com sistemas de segurança social, saúde e educação, segurança pública e transporte público. O pacote fiscal estimado para resgate do sector financeiro, 1,2 triliões de libras, não foi implementado na totalidade por causa de oposição parlamentar e social. Até finais de 2015, o Governo havia dado garantias à dívida privada do sector financeiro e implementado medidas de resgate directo no valor agregado de cerca de 440 biliões de libras, ou 92% do PIB britânico. As perdas resultantes das medidas de austeridade e da crise financeira no crescimento económico e no emprego, acumuladas desde 2008, estão estimadas em 600 biliões de libras, cerca de 127% do PIB britânico. O valor estimado dos incentivos fiscais dados a grandes corporações multinacionais aproxima-se dos 600 milhões de libras, o equivalente a duas vezes e meia o valor dos cortes sociais.

A Tabela 3 revela três aspectos fundamentais da crise económica grega. Primeiro, a dívida do sector privado e das famílias foi absorvida pelo Estado, o que causou a crise fiscal. Segundo, os empréstimos europeus à Grécia, que surgem em forma de dívida comercial adicional, destinaram-se a pagar a dívida, tendo sido residual a percentagem utilizada para relançar a economia, gerar emprego e proteger o poder de compra e ganhos sociais dos grupos sociais mais desfavorecidos. Terceiro, a dívida grega tornou-se um excelente negócio para a banca comercial. Por

um lado, o Estado assumiu a dívida do sistema financeiro. Por outro lado, os empréstimos do Banco Central Europeu (BCE) à Grécia foram concedidos através da banca comercial, tendo esta comprado o dinheiro ao BCE a cerca de 20% do preço (taxa de juro) ao qual vendeu o dinheiro à Grécia. Isto é, os mesmos bancos resgatados pelo Governo grego passaram a realizar empréstimos a esse Governo, para pagar a sua dívida, com dinheiro que não era seu e com taxas de retorno altíssimas. Finalmente, o endividamento insustentável do Estado (causado pela absorção da dívida privada) resultou em austeridade social, isto é, cortes na segurança social e noutras despesas públicas, e privatização de infra-estruturas e de outros activos do Estado, o que abriu as portas para a mercantilização dos serviços sociais e a concentração de activos, a baixo custo, sob controlo da banca privada e outros credores.

Em qualquer um dos três casos ilustrados, mais de metade da carteira de dívida dos bancos são hipotecas e securitização associadas a bolhas de expansão na economia, enquanto o investimento em expansão da capacidade produtiva se tornou uma parte decrescente do mesmo. O grosso da dívida pública, em todos estes casos, foi o resultado combinado da absorção da dívida privada (resgates), garantias dadas a dívida privada, gastos associados com terceirização e privatização de serviços públicos no quadro da implementação de programas de austeridade, e perdas de receita fiscal por efeito de incentivos e evasão fiscal.

Portanto, o sistema financeiro não só recebeu uma quantidade crescente de recursos e fê-lo à custa da redução dos recursos disponíveis para o resto da economia e da sociedade como a subordinação da intervenção pública ao interesse de salvar o sistema financeiro e proteger o grande capital motivou a mobilização de recursos que normalmente não estão disponíveis para o desenvolvimento da economia real.

Embora sejam muito importantes, estes pontos, isoladamente, ainda não descrevem a financeirização como sistema de acumulação. A actual manifestação concreta das condições de acumulação capitalista e de crise situa-se no domínio da financeirização como uma etapa distinta da acumulação do capital, pelo que é relevante entendê-la com mais clareza.

O QUE É A FINANCEIRIZAÇÃO?

O termo «financeirização» é recente e tem as suas raízes no pensamento económico heterodoxo e na economia política marxista, sendo percebido e descrito de formas diferentes, de acordo com a ênfase analítica de cada autor. Na essência, o termo deriva da elaboração de Lenin sobre a formação do capital financeiro, na fase superior do capitalismo, o imperialismo, a partir da fusão do capitalismo industrial e bancário (Lenin, 2010), e desenvolve-se a partir do argumento de Marx sobre o papel da acumulação de capital fictício¹⁰ e o seu carácter parasitário (Marx, 1981).

¹⁰ O capital fictício é o valor sob a forma de crédito, acções, dívida, especulação e várias formas de papel-moeda, acima e além do que pode ser realizado sob a forma de mercadorias.

Financeirização é a *acumulação intensiva e extensiva de capital fictício*, isto é, o aumento do escopo e da prevalência do capital financeiro utilizado para criar mais capital financeiro, independentemente da utilização produtiva desse capital, e sem consideração pelas consequências desse processo fictício de acumulação na economia real. O dinheiro (M) actua como mercadoria que pode ser vendida ou emprestada, e esta transacção realiza um lucro para o vendedor, na forma de juros. Portanto, $[M \rightarrow M']$, em que $[M' = M + \Delta M]$, $[\Delta M = M_{t+1} - M_t]$, $[M < M', \text{ se } \Delta M > 0]$ em que ΔM é o juro ganho por quem tenha vendido ou emprestado o dinheiro, pelo facto de o ter vendido ou emprestado. Este juro é apenas parte do valor que M tenha criado no circuito normal do capital, $[M \rightarrow C \rightarrow \text{produção} \rightarrow C' \rightarrow M' \rightarrow \dots]$, isto é, quando o dinheiro (M) é utilizado para comprar mercadorias (C) (meios de produção, matérias-primas e força de trabalho), que são convertidas, no processo de produção, em novas mercadorias com valor acrescentado (C') para consumo (por indivíduos, como bens de consumo, ou pela produção, como meios de produção), as quais são vendidas no mercado de modo a realizarem o lucro gerado no processo de produção, chegando, portanto, a M'. A financeirização ocorre quando a acumulação de capital fictício é mais rápida e dominante do que a de capital real ou, por outras palavras, quando o dinheiro é convertido em mais dinheiro pelo simples expediente de vender ou emprestar dinheiro, e as dívidas e os activos correspondentes, em mercados financeiros especulativos, sem correspondência com mercadorias reais, a entrarem em processos de produção reais que produzam acumulação real de capital.

Os empréstimos de dinheiro não têm de ser obrigatoriamente utilizados para gerar excedente (acumulação de capital) – por exemplo, um indivíduo pode pedir um empréstimo para comprar um carro ou construir uma casa que se destinem ao seu consumo pessoal ou familiar e não sejam intencionalmente utilizados para gerar novo excedente. O indivíduo terá de pagar o empréstimo com juros, isto é, o banco receberá de volta o dinheiro emprestado (M) mais o juro (ΔM), que totalizam M'. Neste caso, ΔM resultará da redistribuição de riqueza já existente (por exemplo, será retirado do salário do devedor). Todavia, se os portefólios de empréstimos e dívidas forem empacotados em activos financeiros que podem ser vendidos e revendidos, com diferentes nomes, a diferentes preços e incorporando mais portefólios de empréstimos e dívidas ao longo da cadeia de compra e venda do pacote financeiro, então a actividade de emprestar dinheiro transforma-se em geradora de excedente, ou acumulação de capital, fictício. Sob condições reguladas, este processo pode resultar no aumento da competição, em inovação e em expansão da acumulação real noutros sectores da economia e noutras partes do mundo. No entanto, entregue a si próprio, pode gerar tendências especulativas agressivas e extrair e apropriar-se de excedente ainda não realizado ou antes de ser redistribuído para investimento e consumo, tornando-se um mercado que adquire vida por si próprio e reproduz a avidez pela acumulação fictícia de capital à custa do investimento, da produção e da acumulação reais.

A expansão intensiva e extensiva do domínio do capital fictício pode provocar a contracção do investimento e da acumulação reais, concentrando e centralizando capital e reduzindo emprego e bem-estar. Isto pode ser desestabilizante e insustentável, particularmente se a acumulação fictícia de capital for substancialmente mais rápida do que a acumulação real, pois isto tende a provocar bolhas especulativas que são seguidas por colapsos económicos e financeiros, faz divergir, substancialmente, acumulação real e fictícia, e impede que os retornos potenciais das aplicações de capital se concretizem.

Portanto, financeirização não é a mera presença de operações financeiras, independentemente de quão intensivas e extensivas, mas é a incorporação destas em novas operações financeiras – por exemplo, a venda e revenda de pacotes de portefólios de empréstimos e de dívidas variadas – que provocam a expansão extensiva e intensiva do domínio do capital fictício sobre as finanças e a economia. Sob condições de financeirização, o capital fictício faz reivindicações e exerce controlo não apenas sobre o excedente, mas também sobre a propriedade e o controlo corporativos (Fine, 2009a, 2009b, 2012a, 2013; Fine & Saad-Filho, 2016).

Assim, os últimos 30 anos da economia mundial foram marcados pela expansão e proliferação meteóricas dos mercados financeiros, durante os quais o rácio entre activos financeiros e PIB aumentou três vezes. Embora este crescimento pareça disfuncional – como se pode justificar a necessidade do triplo dos serviços financeiros relativamente à economia real? – e seja, por conseguinte, causa para alarme, o seu sucesso comercial e financeiro levou a que o problema fosse negligenciado na análise económica. A expansão dos serviços financeiros relativamente à economia real tem sido descrita por economistas monetaristas como uma contribuição positiva para a economia por dispersar o risco, fazer do risco um negócio, processar e disseminar informação e promover e orientar investimento em activos financeiros de acordo com o risco. Isto levou a uma expansão do comércio e investimento em activos financeiros especulativos, e, por conseguinte, a uma crescente tendência para transformação de activos reais em activos financeiros que são depois especulados como activos financeiros, ao invés da mobilização e alocação de recursos para o desenvolvimento da economia real. Conduziu, igualmente, à emergência de um vastíssimo e desconcertante número e leque de instituições e serviços financeiros, muito para além dos mercados futuros em mercadorias primárias (Fine, 2007, 2009a, 2009b, 2012a, 2013; Louçã & Mortágua, 2012).

De acordo com alguns analistas, assistiu-se a uma transferência de rendas para uma nova classe de capitalistas rendeiros, não produtivos e especuladores. No mesmo processo, organizações não financeiras passaram a derivar uma parte mais substancial e crescente dos seus lucros directamente de operações financeiras, adoptando um enfoque especulativo e centrado nos interesses financeiros de curto prazo dos seus accionistas e credores, particularmente quando os credores se transformaram em accionistas. Assim, nos últimos 30 anos, a percentagem dos lucros líquidos destas corporações derivados directamente de especulação financeira aumen-

tou de 5% para 41%, ao mesmo tempo que, no outro lado da equação, essas corporações reduziram capacidade produtiva e emprego à medida que se financeirizaram (*ibidem*).

Financeirização é, pois, uma amálgama de desenvolvimentos dentro do sistema financeiro e na forma dominante como este sistema interage com o resto da economia e com o Estado. O ponto central a reter é que a expansão do capital privado, no contexto do neoliberalismo, tem sido particularmente associada a e guiada pela expansão das finanças em particular. Concentrando-se na acumulação de capital fictício, independente da acumulação de capacidade produtiva e de produção dos meios de subsistência dos trabalhadores, a financeirização estruturou e subordinou a expansão das relações e organização capitalista da economia, o desenvolvimento da base produtiva e comercial e a natureza das políticas económicas e sociais aos interesses da especulação financeira (*ibidem*).

O sistema bancário foi criado em iniquidade e nasceu em pecado. Por isso, os banqueiros possuem e controlam a Terra. Tirem-lhes isso [a Terra], mas deixem-lhes o poder de criar dinheiro, e, com o movimento subtil de uma simples assinatura, eles vão criar depósitos suficientes para comprarem a Terra de novo. No entanto, tirem-lhes o poder de criar dinheiro e todas as grandes fortunas, como a minha, irão desaparecer, e devem desaparecer porque esse seria um mundo mais feliz e melhor para viver. Mas se desejam continuar a ser escravos de banqueiros e a pagar o preço da vossa escravidão, deixem-nos continuar a criar dinheiro [Sir Josiah Stamp,¹¹ citado em Fine, 2013: 59 (tradução livre do autor)].

IMPACTOS DA FINANCEIRIZAÇÃO NO MODELO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MOÇAMBIQUE

A expansão global do capitalismo em torno do processo de financeirização abriu espaço para a emergência de novas potências económicas, oriundas do chamado «Terceiro Mundo», entre as quais se destacam a China, o Brasil e a Índia. A rápida expansão destas economias gerou algumas dinâmicas interessantes e contraditórias na economia mundial: (i) acelerou a relocação da base industrial, em especial, mas não exclusivamente, em direcção à China; (ii) tornou mais difícil o desenvolvimento da indústria transformadora no resto do mundo, a não ser que seja integrada em cadeias internacionais de produto e valor, sobretudo na fase final de montagem, ou seja, associada ao semiprocessamento de produtos primários, porque as vantagens de escala e custo da economia chinesa, em grande medida associadas com os baixos custos da força de trabalho, e de outras economias emergentes dificultam a competição e a entrada de novas empresas no mercado; (iii) colocou pressões para contracção dos custos de força de trabalho na economia mundial, o que, num contexto de financeirização, em que a acumulação fictícia de capital domina a acumulação real, se reflectiu na redução dos salários reais em vez de no

¹¹ Sir Josiah Charles Stamp, 1880-1941, primeiro barão Stamp, foi um industrial, economista, funcionário público, estatístico, escritor e banqueiro britânico.

aumento da produtividade do trabalho; (iv) aumentou a demanda internacional por matérias-primas e recursos naturais e, em relação com isso, os fluxos de capitais, em forma de dívida comercial e IDE, para as economias fornecedoras de matérias-primas; e (v) gerou uma aliança entre dinâmicas de expansão do capital das economias emergentes e os interesses das burguesias emergentes nas economias menos desenvolvidas, sobretudo em torno da exploração do complexo mineral-energético e do grande negócio imobiliário.

Assim, enquanto as economias em vias de desenvolvimento e as suas elites capitalistas receberam mais capital em troca de matérias-primas e recursos naturais, tornou-se menos atractivo e lucrativo investir na indústria transformadora e, em geral, no alargamento e na diversificação da base produtiva, o que contribuiu para a formação e consolidação de economias extractivas e com base especulativa, como formas alternativas de organização da acumulação privada de capital.

Em que sentido é a financeirização importante para entender as dinâmicas de construção, desenvolvimento e persistência da economia extractiva como modelo de acumulação primitiva de capital em Moçambique? Dada a sua dependência de influxos externos de capital externo (privado e público), e dado o crescente controlo da propriedade de activos reais e financeiros pelo capital multinacional, é de esperar que a economia nacional seja vulnerável aos factores que afectam a mobilização e as decisões desse capital internacional, tornando inevitável a influência das dinâmicas globais de financeirização sobre o sistema social de acumulação em Moçambique. Como é que esta ligação acontece? A investigação sobre esta questão está, ainda, na sua infância, longe de já ter produzido respostas definitivas. No entanto, há alguns pontos de referência e hipóteses a tomar em conta, que resultam da análise feita em secções e outras publicações anteriores.

Primeiro, a acção deliberada de desenvolvimento e expansão do processo capitalista de acumulação e de formação das classes capitalistas nacionais foi desencadeada em condições de terapia de choque neoliberal, quando, em 1987, foi iniciado o programa de estabilização financeira e ajustamento estrutural assente nos princípios neoliberais do consenso de Washington.¹² Este programa era efectivamente subordinado às medidas de estabilização financeira numa perspectiva de curto prazo, e estas medidas eram substancialmente mais concretas e elaboradas que as de transformação estrutural (Castel-Branco, 1996, 2002a; Fine, 1997). Este pacote conspirou contra a diversificação e a articulação da base produtiva, o desenvolvimento dos mercados domésticos, e a emergência e consolidação de pequenas e médias indústrias, e a favor de indústrias em mercados oligopolistas e multinacionais, com maior enfoque nas fontes energéticas e minerais. O esforço de desenvolvimento do capital nacional, neste contexto, conduziu à emergência de um empresariado dependente da expropriação do Estado, dos recursos naturais e das ligações com o grande capital internacional, mas sem muitas opções reais de

¹² Conhecido como Programa de Reabilitação Económica (PRE).

desenvolvimento da base produtiva. Isto levou a que a acumulação improdutiva de recursos (como a terra, por exemplo), a acumulação de rendas resultantes da transformação desses recursos em activos financeiros e a sua revenda, a aplicação dessas rendas em actividades financeiras (como, por exemplo, o negócio com os títulos de dívida pública ou o investimento na banca comercial) e a expansão das rendas financeiras por via de garantias ou parcerias financeiras com o Estado se tenham transformado nas formas dominantes de acumulação de capital privado doméstico, largamente excedendo o desenvolvimento da acumulação real na base produtiva e de serviços (Castel-Branco, 2014, 2015a, 2016, 2017; Massarongo, 2013, 2016, 2017; Langa, 2017).

Segundo, os fluxos, as modalidades e abordagens económicas associadas com a ajuda externa têm impacto nas opções políticas do Estado receptor, tanto pela disponibilização de recursos financeiros como pela disseminação e adopção da ideologia, da política e de práticas neoliberais e monetaristas, associadas com as dinâmicas de financeirização - o enfoque no controlo da inflação e na austeridade social, a esterilização dos influxos de capital externo que afectam a capacidade de o sistema financeiro mobilizar e aplicar capital, a baixo custo, a diversificação da base produtiva, o financiamento implícito dos subsídios fiscais e outros dados ao grande capital, a resistência à adopção de políticas e estratégias produtivas públicas, reais e selectivas, que influenciem a mobilização e a alocação de recursos e alterem as condições de rentabilidade da economia, a criação do espaço de endividamento público, tornando-o um recurso estratégico ao serviço do grande capital, entre outros (Castel-Branco, 2014, 2015a, 2015b; Massarongo, 2016, 2017; Langa, 2017).

A redução da ajuda externa coloca pressões adicionais sobre a despesa pública, encorajando, num quadro extractivo e poroso de acumulação, o recurso ao endividamento público, o que reforça as tendências monopolistas, afuniladas e especulativas do sistema financeiro nacional. Por outro lado, cria tensões em torno do papel e abordagens de doadores tradicionais e abre o espaço para a emergência de novos actores - neste caso, as economias emergentes de China, Brasil e Índia - e a exploração adicional da margem de endividamento público como forma de atrair e captar capital externo e financiar o capital doméstico, pois, de outro modo, seguindo os parâmetros neoliberais associados com a ajuda externa, fica impossível gerar e aproveitar oportunidades de acumulação privada doméstica em grande escala com o apoio do Estado. A existência de recursos energéticos, que em grande medida agem como política e estratégia de investimento implícita, potencia a substituição da ajuda ao financiamento público por investimento privado, estimulado por financiamento público financiado por dívida, cujo espaço foi criado por duas décadas de austeridade e ajuda externa.

Terceiro, o sistema de acumulação doméstica de capital privado depende de influxos privados de capital externo, na forma de investimento directo estrangeiro (IDE) e de empréstimos internacionais. Naturalmente, as condições prevalentes nos mercados financeiros interna-

cionais afectam a capacidade de mobilizar capital e a decisão de o colocar na economia moçambicana. O enfoque da política económica na atracção de investimento estrangeiro é, em parte, uma resposta a duas interrogações do processo de acumulação capitalista nacional: (i) como expandir a base de acumulação privada de uma burguesia emergente quando o enfoque macroeconómico é o controlo da inflação por via monetarista, e a experiência industrial local é incipiente?; (ii) na impossibilidade de evitar o domínio do capital financeiro global, como se aliar a ele? Assim, a corrida para a colocação das reservas de hidrocarbonetos (carvão, gás e petróleo) em exploração, bem como a persistente resistência do Governo em resolver o problema da porosidade social da economia, especialmente em relação aos grandes projectos do complexo mineral-energético, são estratégias para gerar e manter influxos elevados de capital externo, maximizar os seus retornos financeiros para os investidores e credores e garantir a absorção privada nacional de parte desses retornos. Do mesmo modo, a preferência do Governo por contrair e usar dívida pública e parcerias público-privadas, especialmente para financiar a rede de serviços e infra-estruturas em torno do núcleo extractivo da economia, pode ser vista como parte do estímulo e da reprodução de influxos de capital externo para gerar novas oportunidades de ligações financeiras com as classes capitalistas nacionais emergentes, em áreas do sistema extractivo de acumulação menos dominadas pelo investimento, propriedade e controlo das multinacionais. Finalmente, o Estado também se aproveita da avidez do sistema financeiro especulativo internacional, aceitando empréstimos a alto custo que maximizem influxos de capitais externos privados sem condicionamentos políticos.

A contrapartida desta estratégia de se ajustar às dinâmicas globais de financeirização e as aproveitar é a vulnerabilidade da economia às crises e à mudança de humor por parte do sistema financeiro internacional. Um exemplo claro deste problema foi o impacto que o rápido endividamento público e a revelação dos empréstimos ilícitos teve na mudança radical da atitude do sistema financeiro internacional, incluindo doadores tradicionais e o FMI, em relação às expectativas da economia moçambicana, em 2015 e 2016 – a ajuda geral ao Orçamento do Estado e o programa de financiamento da balança de pagamentos foram interrompidos, o acesso aos mercados internacionais de capitais privados ficou muito mais caro e difícil, e as agências internacionais de *rating* financeiro, como a Moody's Investors Service e a Standard & Poor's,¹³ despromoveram a economia moçambicana de B+, em 2014, para D, em 2016. Em poucos meses, a economia nacional foi transformada de uma das três mais atractivas para o capital financeiro na África Subsaariana numa sem acesso aos mercados internacionais de capitais.

Quarto, para usar os influxos de capital privado multinacional como fonte de acumulação capitalista nacional, o Estado preservou a porosidade social da economia. Por um lado, pros-

¹³ O mercado mundial de *rating* de crédito, outra das instituições da financeirização global que visa proteger o capital financeiro das consequências das suas próprias acções, é altamente concentrado: a Moody's Investors Service e a Standard & Poor's controlam 80% desse mercado, e a Fitch Ratings detém outros 15%.

seguiu a rápida privatização do acesso aos recursos, infra-estruturas e excedente, tanto a favor das multinacionais como a favor de classes capitalistas nacionais emergentes. Por outro lado, manteve os incentivos fiscais ao investimento privado de grande escala, abdicando de receitas potenciais e desligando as dinâmicas das receitas das dinâmicas de crescimento económico.¹⁴ Finalmente, usou a capacidade de endividamento público para absorver e garantir dívida privada, reduzir custos e riscos para os investidores e credores, e financiar corporações directamente. No entanto, esta estratégia só é viável se (i) os níveis de ajuda externa aumentarem, para manterem o Estado capaz de funcionar, prover serviços mínimos, financiar a balança de pagamentos e a estabilidade da moeda, e proteger a sua legitimidade política; ou se (ii) a economia começar a gerar o excedente real que possa sustentar o serviço de dívida gerado pela estratégia de crescimento económico. Tanto a ajuda externa como a capacidade de mobilizar dívida dependem das condições financeiras internacionais (disponibilidade e custos do capital, estratégias e focos do capital financeiro) e da atractividade da economia nacional do ponto de vista de acesso e possibilidades de especulação com recursos, oportunidades de reprodução de capital, garantia de estabilidade financeira.

O efeito combinado da redução da ajuda externa, da deterioração dos preços das mercadorias de exportação, da porosidade da economia, do afunilamento da economia em torno de um padrão dependente de especialização económica, do atraso significativo da produção de excedentes tributáveis do complexo de hidrocarbonetos e da gestão danosa das finanças públicas foi a súbita contracção da disponibilidade de recursos financeiros, a perda de confiança na economia e a explosão da bolha económica (por efeito da crise de dívida e da inflação) e a sua posterior implosão (contracção do investimento, do emprego, da procura, do crescimento e das importações e exportações). Paralelamente, as autoridades nacionais focaram as suas políticas de ajustamento à crise na austeridade fiscal e no controlo da inflação, isto é, medidas pró-cíclicas com limitada eficácia estrutural e que tendem a proteger o capital financeiro e os credores à custa do resto da economia e da sociedade (Castel-Branco, 2014, 2015a, 2015b, 2017; Massarongo, 2016, 2017; Mandlate, 2017).

Quinto, as medidas draconianas de estabilização financeira, impostas no quadro do consenso de Washington, durante duas décadas e meia, criaram o espaço fiscal para que a capacidade de endividamento público pudesse funcionar como reserva de acumulação privada de capital, ao mesmo tempo que tornaram o sistema financeiro nacional pouco útil para o desenvolvimento da capacidade produtiva e contribuíram para a dependência relativamente aos fluxos de capital

¹⁴ Na última década, o crescimento das receitas fiscais tem sido determinado pela minimização da evasão fiscal e, ocasionalmente, pelas receitas extraordinárias resultantes da tributação das transacções de recursos nacionais entre multinacionais. Todavia, os incentivos fiscais para o grande investimento privado permaneceram e, em alguns casos, como nas zonas económicas especiais, aumentaram. Por causa da magnitude dos incentivos e do investimento privado em projectos de grande escala, existem consideráveis reservas fiscais ociosas não exploradas, ao mesmo tempo que o custo/benefício da melhoria da administração fiscal, como meio de aumentar as receitas, tende a aumentar à medida que a administração melhora (Bolnick, 2004, 2009a, 2009b; Byers, 2009; Ossemame, 2011, 2012; Castel-Branco, 2010, 2011).

externo como fonte de acumulação. Portanto, a austeridade fiscal, que afectou e afecta o desenvolvimento mais amplo da economia e da sociedade, criou uma reserva de acumulação privada ligada a capital internacional e à intensificação do carácter especulativo do sistema financeiro doméstico. Quanto maior for essa reserva (e mais draconiana a austeridade social), maior é o potencial da dívida como fonte de negócio e ligações privadas entre o capital doméstico e estrangeiro.

Sexto, investidores multinacionais protegem a propriedade e fazem lucros ou protegem lucros de longo prazo especulando com os recursos em Moçambique, e o mesmo fazem os investidores nacionais (embora em menor escala), o que torna os recursos improdutivos para a economia e para a criação de emprego. Segundo a Autoridade Tributária (Catembe.com, 2014), houve, até 2015, mais de duas dezenas de operações entre multinacionais envolvendo transacções de activos mineiros e energéticos nacionais que estão sob controlo fiscal daquela instituição. As transacções de recursos nacionais entre multinacionais são justificadas de duas formas: (i) passagem da fase de prospecção para a de produção, que requer novos operadores e recapitalização das empresas; e (ii) compensação das firmas por causa dos elevados gastos com a prospecção e infra-estruturas. Estima-se que o valor total dessas transacções exceda o valor total dos projectos de investimento privado aprovados desde 1990 (35 biliões USD), o que, a ser devidamente tributado, daria ao Estado uma receita suficiente para cobrir dois anos do seu orçamento.

O caso da Riversdale é um exemplo: esta empresa revalorizou-se pouco mais de oito vezes na bolsa (Austrália) por causa da concessão de carvão que recebeu do Governo, em Tete, antes de, dois anos mais tarde e sem ter feito qualquer investimento substancial, vender 51% das suas acções à Rio Tinto por quatro biliões USD (quase cinco vezes o valor total da empresa na bolsa antes de receber a concessão de carvão) e extinguir-se sem pagar impostos pelas mais-valias. Na bacia do Rovuma, no Norte de Moçambique, empresas como a Anadarko e a Eni, que receberam grandes concessões de gás do Governo, venderam ou estão a negociar vender percentagens significativas dessas concessões a empresas chinesas, indianas e americanas, antes de realizarem progressos assinaláveis no investimento e na produção. As bases logísticas para hidrocarbonetos de Pemba e Palma (ver detalhes mais adiante neste texto) foram concessionadas à empresa Portos de Cabo Delgado (PCD) e imediatamente subconcessionadas à Orlean Invest sem concurso público para acelerar a construção das infra-estruturas, e foi-lhes dado o monopólio das actividades logísticas num raio de 300 milhas a sul de Pemba (que abrange o porto e o corredor de Nacala), mas, três anos mais tarde, nenhum investimento foi realizado apesar do envolvimento financeiro do Estado.

Portanto, a concessão de grandes áreas de exploração mineral e hidrocarbonetos, e da sua base logística, a baixo custo, com baixos custos de expropriação e com garantias financeiras dadas pelo Estado, pode ser um factor de atracção de grandes corporações (quer porque reduz os

custos e os riscos de investimento e permite a rápida recapitalização e retornos a curto prazo para os investidores e credores quer porque excita a concorrência oligopolista entre grandes corporações), mas não parece estar a ser eficaz a promover acumulação de rendimento real, embora pareça estar a garantir acumulação fictícia de capital (Castel-Branco, 2014).

TRANSIÇÕES HISTÓRICAS NA FORMAÇÃO DA BURGUESIA NACIONAL – DE PROPRIETÁRIOS SEM CAPITAL A OLIGARCAS SEM PRODUÇÃO

Em secções anteriores, foi discutido o argumento para a promoção da acumulação primitiva de capital numa perspectiva nacionalista e o contexto internacional em que este processo aconteceu (e acontece) em Moçambique. Que dinâmicas reais de acumulação foram criadas? Esta secção aborda as transições históricas na formação da burguesia nacional pós-independência, de uma classe de proprietários sem capital, para uma base mais diferenciada, dominada por uma classe de oligarcas emergentes sem produção, bem como o papel do Estado neste processo. Naturalmente, a nossa análise retém os pontos principais discutidos nas três secções anteriores, tanto sobre a localização teórica do processo de formação do capitalismo nacional como sobre o contexto internacional concreto desse processo.

EMERGÊNCIA TÍMIDA DA BURGUESIA CAPITALISTA NACIONAL – PROPRIETÁRIOS SEM CAPITAL

Houve três momentos marcantes no processo de formação da nova burguesia capitalista moçambicana, a partir da segunda metade da década de 1980. O primeiro momento, que ocorreu pouco depois do IV Congresso da Frelimo (a partir de meados da década de 1980), foi definido pelo início da privatização e liberalização dos preços de alguns produtos alimentares (frutas, hortícolas e pequenas espécies animais). O objectivo central destas políticas era aumentar a produção de bens alimentares para os mercados das cidades, melhorando a auto-suficiência alimentar dos centros urbanos, para fazer face às enormes dificuldades criadas pela guerra à produção e circulação de mercadorias entre o campo e as cidades. Foi desenvolvida uma estrutura de apoio à produção, nomeadamente as casas agrárias, as cooperativas e associações de diferentes tipos, o estatuto de quintaleiro¹⁵, bem como mecanismos de acesso a finanças e meios de produção. Um grupo de pequenos produtores comerciais começou a desenvolver-se neste período, e foram ensaiados sistemas de apoio à promoção de empresários privados

¹⁵ As casas agrárias eram instituições públicas geridas pelos governos das cidades que prestavam assistência técnica e forneciam meios de produção para a produção agrária. Os quintaleiros eram agentes que produziam bens alimentares em pequenas parcelas de terra anexas às residências, ou quintais.

nacionais, incluindo a partir do enquadramento económico de antigos combatentes da luta de libertação nacional que haviam passado à reserva.

O segundo momento, a partir da introdução do Programa de Reabilitação Económica (finais da década de 1980), foi marcada pela privatização maciça das empresas estatais e acções do Estado em empresas privadas, tendo cerca de milhar e meio de empresas sido privatizado em pouco mais de cinco anos, em conjunto com acções do Estado noutra milhar e meio de empresas privadas. Na época, o Estado havia declarado os seguintes objectivos para este programa maciço de privatizações: equilibrar as finanças públicas, libertar o Estado de actividades não estratégicas, promover o empresariado nacional e mobilizar, para investimento produtivo, o capital acumulado (frequentemente com base em especulação) pelos comerciantes e por outros agentes económicos. Não tendo sido ligada com qualquer estratégia produtiva ou de investimento, e envolvendo um subsídio implícito que consistia em de facto permitir que os novos proprietários não pagassem os activos que receberam, esta onda de privatizações foi útil apenas para realizar a transferência de activos públicos para um sector privado nacional em emergência, a baixo custo privado e alto custo social – falência de metade das empresas, desemprego, perda de potencial fiscal e produtivo, entre outros (Banco Mundial, 1996; Cramer, 2001; UTRE, 1996, 1999).

A acção deliberada para desenvolvimento e expansão do processo capitalista de acumulação e de formação das classes capitalistas nacionais foi desencadeada em condições de terapia de choque neoliberal, quando se iniciou o programa de estabilização financeira e ajustamento estrutural assente nos princípios do Consenso de Washington.¹⁶ Embora a imagem pública do programa enfatizasse questões estruturais da economia real, como a produtividade, o emprego, a intensificação da circulação de mercadorias e a mudança dos termos de troca em benefício da produção agrícola comercial, na prática o sentido de «estrutural» era limitado ao funcionamento dos mercados numa óptica neoliberal, e esta dimensão estrutural era subordinado às medidas de estabilização financeira numa perspectiva de curto prazo, as quais eram substancialmente mais concretas e elaboradas do que as de transformação estrutural (Castel-Branco, 2002a; Fine, 1997, 2001).

Adicionalmente, a combinação de «privatização» e «liberalização genérica» e «estabilização monetarista» conspirou contra a emergência ou o desenvolvimento de pequenas e médias indústrias, e a favor de indústrias em mercados oligopolistas e financiadas por capital estrangeiro. Por exemplo, a indústria de processamento de castanha-de-caju, com elevado nível de fragmentação ao longo da cadeia de produção e financiada basicamente a partir de créditos de

¹⁶ Combinando a redução substancial do papel do Estado no apoio à economia real (reduzindo-o à gestão dos preços macro-económicos), o controlo da inflação e contracção da procura agregada (cortes do défice público e da massa monetária em circulação, por via do controlo monetário e da taxa de juros; redução do défice da conta-corrente e aumento das reservas externas, por via da taxa de câmbio) e medidas de privatização e liberalização dos mercados.

clientes, banca local ou poupanças das empresas, redinamizou-se com a privatização e foi liquidada pela liberalização das exportações de castanha-de-caju em bruto. Por sua vez, a indústria açucareira foi privatizada para multinacionais do sector açucareiro (Illovo, Tongat-Hullet e um consórcio de diferentes capitais) e a sua reabilitação foi financiada pela banca comercial internacional. Com altos níveis de homogeneidade e integração vertical ao longo das cadeias de produção, esta indústria foi capaz de produzir uma estratégia consistente com os interesses de rápida recuperação do capital investido, tendo não só resistido às pressões de liberalização vindas de Bretton Woods e do Governo, mas também conseguido construir uma série de «distorções de mercado» que funcionaram como protecção e alavanca de desenvolvimento do sector: uma política de preços flexível para a proteger de importações e da volatilidade do mercado mundial; limites à entrada de novas empresas para garantir economias de escala; negociação dos preços, níveis de produção e quotas de mercado para minimizar excedentes que tivessem de ser vendidos fora das quotas preferenciais; o estabelecimento de uma associação de produtores que funciona como oligopólio e negocia com o Governo e outras partes interessadas (organizações financeiras internacionais, outras indústrias, etc.); apoio ao desenvolvimento de canavieiros médios e pequenos, que produzem uma pequena proporção da cana processada pela indústria, mas que ajudam a reduzir custos de ajustamento face à volatilidade do mercado mundial, e que quebram o poder reivindicativo dos trabalhadores cortadores de cana. Portanto, o grande capital, envolvendo a banca comercial e as multinacionais, resistiu à liberalização e conseguiu subordinar a política pública aos seus interesses corporativos. Este exemplo comparativo entre castanha-de-caju e açúcar mostra que o poder do capital sobre o mercado e o Estado é vital para a sua expansão, consolidação e rentabilidade, mesmo que à custa da economia como um todo (Castel-Branco, 2002a, 2003; Cramer, 1999).

A equação «eficiência económica = estabilização + privatização + liberalização + abandono de estratégia pública para a economia real» ajudava, ou não prejudicava, o capital multinacional, mas impedia a emergência do pequeno e médio capital nacional, que passou a concentrar-se na acumulação de rendas: a transferência de recursos públicos para um sector privado em emergência por via da privatização maciça de activos públicos,¹⁷ o acesso lícito e ilícito à banca nacional e ao Orçamento do Estado, vários mecanismos de porosidade e, mais recentemente, o negócio directo dos recursos naturais em associação com capital multinacional.

O impacto da liberalização foi exacerbado pelo fim do *apartheid* na África do Sul, que abriu as portas à globalização do capital sul-africano monopolista, o qual beneficiou da liberalização dos mercados regionais, para o comércio e para o investimento, limitando as oportunidades para o capital doméstico emergente em Moçambique.

¹⁷ O que parcialmente explica a fácil adesão a esta componente do programa, por favorecer a emergência de classes capitalistas nacionais num processo de diferenciação social associado, em grande medida, à proximidade do poder político.

Esta fase de acumulação primitiva não atingiu todos os seus objectivos, mas, no entanto, permitiu a privatização dos meios de produção e fez emergir uma classe de proprietários privados, atraiu algum investimento estrangeiro e marcou o desengajamento do Estado em relação a estratégias concretas de investimento e industrialização, o que limitou as oportunidades e opções do capital emergente e contribui para o tornar mais rendeiro, dependente e especulativo. Esta etapa permitiu realizar uma «selecção» inicial dos futuros «empresários», que ocorreu por via da falência de inúmeros novos proprietários e pela reprodução da sobrevivência daqueles que desenvolveram ligações políticas e empresariais nacionais e regionais mais fortes.

Dois problemas permaneceram não resolvidos, nomeadamente a dificuldade de acesso a finanças e as limitadas capacidades e experiência empresariais, os quais foram exacerbados pela crise estrutural da economia de Moçambique na época, e pela resposta neoliberal e monetarista à crise. Estes desafios conduziram ao terceiro momento, que foi a revolução capitalista do período 2005-2015 (antes da explosão da bolha económica), que foi marcada pelas mais marcantes ondas de expropriação do Estado, que são analisadas em outras secções deste artigo e outros artigos deste livro, nomeadamente: a expropriação do Estado dos seus recursos naturais mais estratégicos e das infra-estruturas vitais para a rentabilização desses recursos, a expropriação do Estado da sua capacidade financeira pela exaustão da sua margem de endividamento para promoção do grande capital extractivo e financeiro, multinacional e doméstico, e a austeridade social e económica imposta posteriormente à explosão da bolha especulativa, a qual tem impacto marcante na redução do poder de compra das classes trabalhadoras, no aumento da diferenciação da distribuição do rendimento real e nas limitação das opções e oportunidades para a emergência de alternativas de desenvolvimento (Castel-Branco, 2014, 2017; Massarongo, 2017; Langa, 2017; Ali e Muianga, 2017).

Portanto, o primeiro desafio de acumulação primitiva de capital, descrita por Marx (1976), expropriação e reordenamento da propriedade e controlo dos recursos, foi concretizado por via da expropriação do Estado de parte considerável dos seus activos a favor do desenvolvimento de uma classe de proprietários nacionais organicamente próxima do poder político. O segundo desafio do processo de formação inicial do capitalismo, a expansão do proletariado, foi realizado apenas no que diz respeito à emergência de um exército de desempregados e subempregados urbanos, pelo efeito combinado da guerra, das migrações do campo para a cidade e da falência ou reestruturação de uma parte substancial do tecido produtivo, e pela consolidação da dependência da subsistência familiar em relação a formas diversas de trabalho assalariado. No entanto, a incapacidade de a economia gerar excedentes alimentares comercializáveis e serviços públicos básicos, a baixo custo, transformou-se num limite para a expansão do trabalho assalariado, pois os custos de subsistência aumentaram, gerando pressões sociais para aumentar os salários nominais, num contexto em que a produtividade do trabalho não aumentou e a base de rentabilidade das empresas intensivas em trabalho permaneceu a re-

muneração da força de trabalho abaixo dos seus custos de reprodução social. Este problema favoreceu o desenvolvimento dos sectores intensivos em capital e viria a ser um das explicações para a dinâmica de crescimento sem transformação estrutural que se confirmaria mais tarde (Wuyts, 2011a; Wuyts & Kilama, 2014a). O terceiro desafio, reprodução de capital em escala progressivamente maior, ou acumulação, não foi sustentado – a economia expandiu, grupos sociais enriqueceram e a desigualdade social no acesso a riqueza acentuou-se, mas os anos 1990 foram de crescimento dominado por investimento infra-estrutural financiado por ajuda externa, algum investimento privado estrangeiro em áreas de economias de escala muito significativas para a expansão do capital financeiro sul-africano ou a ele associado (alumínio, bebidas, açúcar, moagens, energia eléctrica e construção), desinvestimento privado nacional e *rent-seeking* como forma dominante, ainda que não exclusiva, de enriquecimento e controlo do acesso a recursos públicos.

«REVOLUÇÃO CAPITALISTA» E ACELERAÇÃO DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO – OLIGARCAS SEM PRODUÇÃO

No seu discurso de tomada de posse como terceiro Presidente da República, em 2005, Armando Guebuza destacou e relacionou, entre outros, quatro assuntos cruciais: o combate ao «deixa andar» e à corrupção, a promoção do crescimento económico acelerado e o combate à pobreza. Naturalmente, as expectativas de cada um em relação a este discurso dependem também dos seus preconceitos e percepções sobre o seu significado social, económico e político. À distância de uma década, é relativamente fácil dizer que as expectativas foram defraudadas, pois somente o crescimento económico acelerado se concretizou. Mas esta seria uma análise demasiado simplista e, por consequência, pouco útil. Se este discurso for colocado no contexto de outras intervenções e entrevistas de Armando Guebuza e outros dirigentes políticos que tocam nos mesmos temas, e se o debate desses temas tiver como quadro analítico a economia política do capitalismo moçambicano, e não apenas os discursos, as conclusões poderão ser mais interessantes.

Em meados da década de 1980, como já foi referido, Armando Guebuza havia anunciado o seu manifesto para o nacionalismo económico capitalista, que mais não fazia do que articular aberta, clara e incisivamente as aspirações de classe de uma burguesia emergente. Segundo esta abordagem, a formação de uma classe capitalista nacional era um imperativo nacional que excedia interesses de classe específicos. Guebuza também explicou como atingir este objectivo, por via da combinação da mobilização de capital (Orçamento do Estado, ajuda externa, investimento estrangeiro e controlo dos recursos naturais nacionais), a mobilização de qualificações (no aparelho de Estado, no partido e na juventude em formação proveniente das elites sociais e políticas) e o estabelecimento de mecanismos que permitissem ligar o capital multinacional à acumulação doméstica de capital privado nacional. Além disso, numa entrevista dada ao

jornal *Domingo* (Guebuza, 2004), implicitamente clarificou que a sua visão sobre riqueza e ficar rico se referia não a moçambicanos em geral, mas a um grupo de pessoas mais restrito, a partir do qual essa riqueza acumulada poderia gerar sinergias para o resto da sociedade (Brito, 2010). Este tipo de discurso é repetido no debate político corrente, quando, por exemplo, se argumenta a favor do papel fundamental do Estado em reservar direitos accionistas nas grandes empresas de capital multinacional para «investidores» nacionais (Bias, 2010), cujo processo de alocação não é transparente e público e tende a privilegiar grupos empresariais e indivíduos com ligações comerciais ou familiares com o *establishment* político (Machel, 2011, 2012; Nhachote, 2010), o que pode reduzir a competição por rendas mas aumenta as contradições e tensões dentro do sistema político.¹⁸ O mesmo tipo de metodologia e problemas reproduz-se em vários sectores: quem recebe os títulos mineiros importantes e com quem os negocia, quem é seleccionado como camponês com capacidade de se transformar em produtor comercial, quem recebe o direito de se associar com investidores estrangeiros em projectos de expansão da produção capitalista no campo, quem tem acesso aos fundos do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL), etc. (Machel, 2012; Nhachote, 2010; GdM, 2011; Ganho, 2013; Sande, 2011; Forquilha & Orre, 2011; Woodhouse, 2012). Mais importante, o discurso dominou, de facto, a política pública, pois o enfoque da política pública dos governos de Guebuza foi a construção das condições objectivas para o desenvolvimento da burguesia capitalista nacional.

Portanto, a avaliação do sucesso ou fracasso desta «revolução», no que diz respeito à estratégia de crescimento económico e acumulação privada de capital, tem de ser feita comparando o seu impacto na formação de classes capitalistas nacionais através de um processo real de distribuição de recursos, aplicação desses recursos na produção e acumulação de capital (e não só através de obtenção de rendas improdutivas), que é o seu objectivo e foco reais e dominantes, *versus* o seu impacto no desenvolvimento económico e social mais alargado e sustentado (que pode ou não ser uma consequência do modo de acumulação, mas que não é um objectivo primário). A porosidade social da economia, discutida noutro artigo deste livro, é um exemplo destes conflitos entre acumulação privada de capital, desenvolvimento social e sustentabilidade do processo de acumulação a longo prazo.

No que diz respeito ao combate à pobreza, o discurso de Guebuza e do Governo rapidamente se estruturou à volta de duas ideias básicas. Primeira, que a pobreza é o resultado da mentali-

¹⁸ Apologistas da política industrial selectiva, como Chang (1996, 2002), argumentam que a alocação directa de rendas, por via da política industrial, reduz o mercado para *rent-seeking* e, obviamente, reduz o valor de *rent-seeking* como actividade económica. Este argumento rebate a crítica neoliberal da política industrial que diz que a distorção selectiva dos mercados por via de política industrial incentiva *rent-seeking* e desperdício de recursos que poderiam alternativamente ser mais eficazmente usados de acordo com as vantagens comparativas reveladas pelos mercados. Independentemente dos méritos do argumento a favor de políticas industriais, a alocação directa de rendas a que Bias (2010) faz referência não traduz nenhuma política industrial específica, mas apenas a intenção de criar a burguesia capitalista nacional a partir do seu acesso selectivo aos recursos estratégicos controlados pelo Estado.

dade miserabilista dos pobres e das ideias ultrapassadas dos que pensam que só se é honesto quando se é pobre. Segunda, que o combate à pobreza tem três vertentes: gerar riqueza e ricos, criando a possibilidade da externalidades destes para o resto da sociedade; combater a inveja e os complexos de ser rico, para se poder ficar rico; e gerar auto-emprego (Guebuza, 2004). O discurso oficial não tem uma definição explícita de pobreza nem a relaciona com dinâmicas sociais, económicas e políticas historicamente específicas.¹⁹

Logo, o discurso de combate à pobreza tornou-se, por um lado, um meio de legitimação da abordagem sobre acumulação de capital e, por outro lado, tenta justificar a transferência da responsabilidade dos custos sociais de reprodução da força de trabalho para as famílias pobres de onde a força de trabalho provém (Brito, 2010; Castel-Branco, 2010), o que, naturalmente, permite aumentar a taxa de lucro do capital, pelo menos a curto prazo (Marx, 1976, 1978).

Portanto, a limitada eficácia da economia em reduzir a pobreza e, em especial, a redução dessa eficácia à medida que a economia acelera (Castel-Branco, 2017, 2014) reflectem uma estratégia de acumulação primitiva de capital com altos custos económicos, sociais e políticos.

No entanto, isto dificilmente pode ser considerado como fracasso da estratégia de crescimento, pois a redução da pobreza não é o foco primário desta estratégia.

A pobreza tem sido um instrumento de combate entre o Governo e doadores, entre grupos favorecidos e desfavorecidos na sociedade, entre partidos políticos, entre tradições intelectuais, entre diferentes opções de desenvolvimento e para legitimar argumentos sobre processos de acumulação.

Se as famílias são cada vez mais responsabilizadas pela reprodução social da força de trabalho, se a base de rentabilidade das indústrias mais intensivas em trabalho é a possibilidade de remunerarem a força de trabalho abaixo dos custos da sua subsistência, e se a economia não consegue, apesar dos montantes de investimento e taxas de crescimento elevados, satisfazer as necessidades básicas do consumo dos trabalhadores a baixo custo, então a aceleração da acumulação de capital cria pobreza (Marx, 1976, 1978, 1981).

Será isto um fracasso ou uma consequência do sucesso do modo de acumulação? Depende, obviamente, do que é a prioridade real do modelo de acumulação em causa e, no caso moçambicano contemporâneo, a formação das classes capitalistas nacionais tem sido a prioridade à qual se subordinam quaisquer outros objectivos e assuntos.

A incapacidade de a economia produzir os meios de subsistência a baixo custo e empregar e melhorar a qualidade das vastas reservas de força de trabalho pode operar contra a sustentabilidade do processo de acumulação de capital a longo prazo, pois, para além de reduzir a

¹⁹ Uma excepção a esta abordagem ocorre nas campanhas eleitorais. Dado que a oposição, em especial a Renamo, tem um discurso limitado à fraude, à corrupção e às «falhas» da Frelimo, o discurso oficial da pobreza torna-se ligeiramente mais complexo para acusar a Renamo de a ter causado com os seus actos bélicos ao longo da guerra dos 16 anos. Portanto, pobreza ou é culpa dos pobres ou de «forças externas» (nos momentos em que o debate partidário fica mais agressivo, a Renamo ainda é definida como um grupo de bandidos armados a soldo do regime do *apartheid*).

competitividade da economia, pode aumentar a tensão social e política. A expansão da produção capitalista pode ser estrangida pela dificuldade de mobilização de força de trabalho, e o modelo dominante de expansão pode gerar dinâmicas sociais e económicas que repelem pessoas e actividades, marginalizando-as do processo de desenvolvimento económico e social e obrigando a sucessivos reassentamentos e migrações internas. Embora a redução da pobreza não seja a prioridade da estratégia de acumulação, a reprodução da pobreza pode pôr esta estratégia em causa.

A avaliação do relativo sucesso ou fracasso da presidência de Guebuza no que diz respeito ao combate à corrupção e ao «deixa andar» deve ser feita, também, dentro deste quadro de construção de um modelo de acumulação de capital. Primeiro, o discurso oficial trata da corrupção e do «deixa andar» como questões de atitude e comportamento pessoal; logo, individual. Segundo, essa individualização permite focar este combate, selectivamente, nas manifestações de pequena corrupção – o indivíduo que comete um crime – e deixar de lado as formas sistémicas de expropriação do erário público e da propriedade pública, bem como os casos sistemáticos de promiscuidade e de conflito de interesse entre o público e o privado.

Portanto, é possível punir o polícia individual que é apanhado a cometer crime de pequena corrupção, ao mesmo tempo que a corporação é elogiada por defender o grande capital contra a revolta dos expropriados, como foi, por exemplo, o caso de Cateme, em Tete, ou por assassinar garimpeiros que exploram recursos mineiros em áreas que são consolidadas sob propriedade e controlo de um grupo económico nacional ou internacional, como aconteceu em Cabo Delgado.²⁰

Enquanto funcionários individuais podem ser punidos por desvio de fundos para uso pessoal, é permitida e promovida a alegada promiscuidade entre o interesse público e privado que permite a políticos e a funcionários seniores do Estado tornarem-se accionistas, membros de conselhos de administração e/ou proprietários de empresas ligadas aos sectores que os seus departamentos governativos deveriam regular e fiscalizar, ou tornarem-se fornecedores de bens e serviços ao Estado (Machel, 2012; Nhachote, 2010), ou promoverem o endividamento insustentável e ilícito do Estado.

Esta alegada promiscuidade é justificada em termos da defesa do interesse nacional ou do desenvolvimento do empresariado nacional, e a crítica a estas práticas é respondida com o argumento: «*Enquanto tivermos a mentalidade de pobres e vivermos na pobreza, permanecerá sempre esse sentimento de inveja*» (Guebuza, 2004: 21, citado em Brito, 2010: 61).

²⁰ Por causa das expropriações maciças relacionadas com a expansão da indústria do carvão em Tete, camponeses e artesãos na zona de Cateme revoltaram-se e foram violentamente agredidos pela força antimotim da polícia, a famigerada Força e Intervenção Rápida (FIR). Este tipo de dinâmica de revolta/repressão aconteceu também em muitas outras regiões do País, embora com menos mediatismo, como foi, por exemplo, o caso da manifestação de camponesas em Xai-Xai, Gaza, contra a expropriação das suas terras, sem indemnização, por indivíduos ligados ao *establishment* político. Em Cabo Delgado, garimpeiros foram enterrados vivos quando um certo general, veterano da luta de libertação nacional, recebeu o direito de consolidação de exploração mineira numa vasta área da sua propriedade.

Terceiro, o combate ao «deixa andar» manifesta-se, sobretudo, pela determinação, pelo foco e pela velocidade com que grandes negócios e parcerias são estabelecidos entre capital multinacional, capital nacional, instituições financeiras e o erário público, pelas tentativas de coordenação das grandes áreas e decisões de política económica em função dos interesses do grande capital multinacional (por exemplo, a política industrial e de investimento público focada na promoção das ligações ao longo de cadeias de valor com o capital extractivo, e na promoção de zonas económicas especiais ou a exaustão da margem de endividamento público para garantir endividamento privado até agora inexplicado), ou pelas acções para mitigar os impactos negativos do modelo de acumulação quando estes se tornam insustentáveis (por exemplo, as tentativas, até agora fracassadas, de induzir a redução das taxas de juro dos bancos comerciais, de proteger a taxa de câmbio para minimizar o impacto da inflação importada, ou de controlar os preços de bens básicos por via administrativa).

Um exemplo clássico do foco do combate ao «deixa andar» foi a velocidade com que foi fixado o contrato de concessão dos terminais portuários e logísticos de Pemba e Palma pelo Governo de Moçambique à empresa privada Portos de Cabo Delgado (PCD), encabeçada por uma alta figura do *establishment* político e financeiro nacional, sem concurso público, alegadamente, segundo o Governo, pela urgência de se estabelecerem as infra-estruturas necessárias para exploração do gás natural. A PCD subconcessionou a «sua» concessão a um grupo financeiro encabeçado pela Orlean Invest, do italiano Gabriel Volti e do nigeriano Atiku Abubakar, e o documento da subconcessão faz parte dos documentos-base do contrato. O Governo autorizou essa negociação com a Resolução 18/2013, de 23 de Abril de 2013, criou as áreas de jurisdição portuária de Pemba e Palma com os decretos 36 e 37/2013 de 7 de Agosto do mesmo ano, e, em Janeiro de 2014, rubricou o contrato com a subconcessão incluída.

O contrato atribui poder monopolista à concessionária e, por essa via, à subconcessionária sobre os terminais de Pemba e Palma, mas, também, impede o Governo de exercer ou conceder direitos de exercício de actividade de apoio logístico e portuário à exploração de petróleo e gás até 300 milhas a sul de Pemba, isto é, incluindo o porto de Nacala.

Portanto, nada foi deixado de lado, ou deixado andar, desde a velocidade com que esta transacção ocorreu até ao detalhe na forma como o Estado foi expropriado, por abdicação própria, a favor do capital.

Como seria de esperar, três anos mais tarde não há investimento, obra ou dinheiro privado para os concessionários cumprirem o seu lado do contrato, e o projecto só avançará com garantias públicas de dívida privada, ou com financiamento directo pelo Tesouro público, para cobrir necessidades financeiras imediatas estimadas em 200 milhões USD.

Compare-se a velocidade e a abnegação do Governo neste caso com a sua lentidão em rever as prioridades de investimento público que arruinaram a economia (em discussão desde

2012), renegociar a componente fiscal dos contratos com megaprojectos para aumentar as capacidades fiscais de o Estado prosseguir políticas económicas e sociais mais amplas (em discussão desde 2002), e auditar a dívida pública para desenhar uma estratégia de reestruturação de cancelamento sem austeridade social (em discussão desde 2013, que foi incompletamente terminada em 2017).²¹

Portanto, se as promessas inaugurais de Armando Guebuza forem discutidas do ponto de vista do seu foco na revolucionarização e aceleração do processo de acumulação primitiva de capital, elas fazem sentido, são consistentes entre si e, em grande medida, tiveram sucesso a curto prazo, mesmo se tomarmos em conta que o seu modelo de acumulação explodiu, implodiu e criou a pior crise económica e financeira do País das últimas três décadas.

Se o analista concorda ou não com o seu foco e abordagem, isso é outra questão. Naturalmente, se essas promessas forem analisadas de um ponto de vista diferente do foco político de Guebuza – por exemplo, do ponto de vista do alargamento da base de desenvolvimento económico e social com redução da pobreza ou da sustentabilidade do crescimento e transformação económicas a longo prazo –, então elas ficam inconsistentes e inadequadas, e, *grosso modo*, terão sido um insucesso, com o aparente milagre económico a transformar-se num pesadelo.

No primeiro caso, a análise dá primazia ao desenvolvimento gerado no processo de acumulação privada de capital e à privatização e ao afunilamento do acesso, apropriação e utilização dos recursos, ligações e excedente – os dados, discutidos noutros artigos, mostram que isto está a ser alcançado (Castel-Branco, 2017; Langa, 2017; Massarongo, 2017).

O segundo tipo de análise foca-se em questões diferentes – como é que a sociedade em geral participa e beneficia do processo de acumulação e como é que tal processo se reproduz ao longo do tempo –, pelo que as conclusões são totalmente diferentes. Dialecticamente, a revolução capitalista «guebuziana» introduziu transformações e dinâmicas notáveis no processo de acumulação de capital privado, as quais são responsáveis tanto pelo milhar de novos milionários como pelos dois milhões de pobres adicionais, tanto pela expansão do investimento como pelo seu afunilamento, tanto pelo rápido crescimento do PIB como pela explosão da bolha económica, tanto por tornar a economia nacional atractiva para o capital financeiro corporativo e especulativo internacional como pela dívida pública insustentável e especulativa e pela financeirização do processo de acumulação e pelo estímulo especulativo dado ao sistema financeiro

²¹ A velocidade a vários tempos com que a economia nacional funciona tende a impor a velocidade do mais lento a outros sectores. Por exemplo, o País não tem a logística de energia necessária para responder à velocidade com que aumenta a demanda de energia motivada por grandes projectos do complexo mineral-energético, e este problema não se resolve por decreto. Logo, alguns grandes projectos incorrem em custos adicionais, pagos pelo Estado com, por exemplo, baixas tarifas sobre os recursos ou incentivos fiscais, e outros são interrompidos, como é o caso dos parques industriais. O mesmo problema se coloca em relação ao desenvolvimento da logística dos transportes e outros. A aceleração do ritmo de implementação de decisões burocráticas pode aumentar, consideravelmente, o custo dos projectos e reduzir dramaticamente a qualidade da avaliação, implementação e monitorização. Portanto, a restrição do conceito de «não deixar andar» à determinação e à velocidade de implementação, sem consideração adequada pela coordenação, eficácia e eficiência, pode tornar a melhor das intenções no pior dos pesadelos.

doméstico, tanto por aproveitar todos os recursos estratégicos (como a terra e os recursos do subsolo, e o espaço de dívida pública) para benefício privado como por expropriar o Estado e a sociedade, induzindo significativas perdas sociais pagas com austeridade social.

A revolução capitalista «guebuziana», com estas características, não resultou apenas da vontade de indivíduos. Como diria Marx, os seres humanos fazem a história, mas não a fazem de acordo apenas com a sua vontade e independentemente das circunstâncias históricas concretas, sobre as quais não têm controlo. Neste artigo tentámos mostrar não só a localização teórica da abordagem desta revolução – a teoria da acumulação primitiva de capital adaptada a circunstâncias históricas específicas, e o debate sobre os argumentos históricos do capitalismo nacional – mas também o seu contexto histórico concreto, que inclui as estruturas de acumulação (discutidas noutros artigos) e o contexto regional e internacional. O *blitzkrieg* económico²² foi imposto tanto por opção como pelas pressões históricas sobre as quais ninguém tinha controlo. Quererá isto dizer que o modelo e o desastre a ele associado eram inevitáveis? Certamente que não. Embora não o façam apenas de acordo com a sua vontade, os seres humanos fazem a história.

²² *Blitzkrieg* significa ataque repentino, relâmpago, que de uma assentada resolve um conjunto complexo de questões. Tem a vantagem da iniciativa, surpresa, mobilidade e rapidez, mas põe enormes pressões sobre a logística e cria problemas de sustentabilidade a longo prazo. Este conceito é mais usado na ciência militar, no mundo do negócio e noutras aplicações de estratégia em que um «inimigo» poderoso (numeroso, ou bem equipado, ou experiente) é confrontado e em que a iniciativa e a surpresa estratégica e tática podem ser de enorme vantagem, a muito curto prazo. No entanto, uma economia dificilmente pode ser considerada um campo para jogos desta natureza, e a velocidade da expansão ou transformação nunca será suficientemente alta para completar a ofensiva antes de os problemas estruturais profundos se revelarem. Para isso, seria necessário poder realizar a ofensiva à velocidade da luz. Não é possível resolver problemas estruturais tentando transformar a economia a uma velocidade maior do que a da revelação prática desses problemas, pois se são estruturais, são intrínsecos ao tecido económico e, por essa via, expansão ou transformação são sempre feitas com e a partir dessas mesmas estruturas.

REFERÊNCIAS

- Action Aid (2013). Doing away with tax secrecy - Action Aid International responds to pre-G8 Summit London tax talk. Disponível em:
[shttp://www.actionaid.org/news/response-actionaid-responds-pre-g8-summit-london-tax-talks?width=960&inline=true](http://www.actionaid.org/news/response-actionaid-responds-pre-g8-summit-london-tax-talks?width=960&inline=true) (consultado a 14 de Maio de 2017).
- Amsden, A. (2004). *The Rise of «The Rest»: Challenges to the West from Late-Industrializing Economies*. Oxford & Nova Iorque: Oxford.
- Amsden, A., Di Caprio, A. & Robinson, J. (eds.) (2012). *The Role of Elites in Economic Development*. Oxford: Oxford University Press.
- Banco Mundial (1981). *Accelerated Development in Sub-Saharan Africa. An Agenda for Action*. Washington: Banco Mundial.
- Banco Mundial (1984). *Towards Sustained Development in Sub-Saharan Africa*. Washington: Banco Mundial.
- Banco Mundial (1985). *Mozambique: and introductory economic survey* (Report 5610-MOZ). Washington: Banco Mundial.
- Banco Mundial (1989). *Sub-Saharan Africa: from crisis to sustainable growth*. Washington: Oxford University Press.
- Banco Mundial (1990). *Mozambique, Restoring Rural Production and Trade*, 1. Washington: Banco Mundial.
- Banco Mundial (1994). *Adjustment in Africa: Reforms, Results, and the Road Ahead*. Washington: Oxford University Press
- Banco Mundial (1996). *Moçambique: Avaliação do Impacto e Eficiência do Programa de Reestruturação de Empresas*. Washington: Banco Mundial.
- Banco Mundial (2017). *Data*. Disponível em:
<http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?gclid=COApKq48NMCFRMTGwod-LgL9w> (consultado a 14 de Maio de 2017).
- Bias, E. (2010). *Indústria Extractiva em Moçambique*. Disponível em:
<http://www.mirem.gov.mz/itie/IndustriaExtractivaMoc.pdf> (consultado a 1 de Novembro de 2011).
- Bolnick, B. (2004). *The Effectiveness and Economic Impact of Tax Incentives in the SADC Region*. Preparado pela Nathan Associates para a USAID ao abrigo do Projecto SADC-TIFI.
- Bolnick, B. (2009a). *Investing in Mozambique: the role of fiscal incentives*. Maputo: USAID.
- Bolnick, B. (2009b). *The Motivation for Investments in Mozambique: the role of fiscal incentives*. Preparado pela Nathan Associates, Inc. para o Projecto de Comércio e Investimento da USAID/Moçambique.

- Bolnick, B. & Byiers, B. (2009). *PARPA II Review of the Tax System in Mozambique*. Preparado pela Nathan Associates para a USAID.
- Brito, L. (2010). Discurso político e pobreza em Moçambique: análise de três discursos presidenciais. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Bukharin, N. (2003). *Imperialism and World Economy*. Londres e Sydney: Bookmarks.
- Castel-Branco, C. (1996) Opções económicas de Moçambique 1975-95: problemas, lições e ideias alternativas. In B. Mazula (org.). *Moçambique Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, 581-636). Maputo: Brazão Mazula.
- Castel-Branco, C. (2002a). *An Investigation into the Political Economy of Industrial Policy: the case of Mozambique*. Unpublished PhD Thesis. Londres: School of Oriental and African Studies, University of London.
- Castel-Branco, C. (2002b). *Economic Linkages between South Africa and Mozambique*. Research report for the Department of International Development of the British Government. Pretoria.
- Castel-Branco, C. (2003). Indústria e industrialização em Moçambique: análise da situação actual e linhas estratégicas de desenvolvimento. *I Quaderni della Cooperazione Italiana*, 3. Maputo.
- Castel-Branco, C. (2004). What is the experience and impact of South African trade and investment on growth and development of host economies? A view from Mozambique. HSRC Conference on «Stability, poverty reduction and South African Trade and Investment in Southern Africa», 29-30 March. Pretoria.
- Castel-Branco, C. (2007). Alternativas africanas para o desenvolvimento e impacto da globalização. 1.º Encontro Académico Espanha-Moçambique, 14-15 de Novembro. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.
- Castel-Branco, C. (2010). Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2011). Desafios de mobilização de recursos domésticos – revisão crítica do debate. In L. de Brito *et al.* (eds.), *Desafios para Moçambique 2011*, 111-132. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2014). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Review of African Political Economy*, 41:sup1, S26-S48, DOI: 10.1080/03056244.2014.976363.

- Castel-Branco, C. (2015a). «Capitalizando» o capitalismo doméstico – porosidade e acumulação primitiva de capital em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2015b). Desafios da sustentabilidade do crescimento económico – uma «bolha económica» em Moçambique? In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE
- Castel-Branco, C. (2016). Dilemas da industrialização num contexto extractivo de acumulação de capital. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2017). Crises económicas e estruturas de acumulação de capital em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Chang, H.-J. (1996). *The Political Economy of Industrial Policy*. Londres e Nova Iorque: MacMillan.
- Chang, H.-J. (2002). *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. Londres: Anthem Press.
- CNN.com (2013). How tax havens stole your money. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2013/06/17/opinion/tax-havens-stole/> (acedido a 14 de Maio de 2017).
- Cramer, C. (2001). Privatisation and adjustment in Mozambique: a «hospital pass»? *Journal of Southern African Studies*, 27(1), 79-103.
- Fine, B. (1997). *Interrogating the Long-Run: or to what is the IMF/World Bank Adjusting*. Londres: School of Oriental and African Studies, University of London).
- Fine, B. (2001). Neither the Washington nor the post-Washington Consensus: an introduction. In B. Fine, C. Lapavistas & J. Pincus, J. (eds.), *Development Policy in the Twenty-first Century: Beyond the post-Washington Consensus*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Fine, B. (2007). Financialisation, poverty, and Marxist political economy. Comunicação apresentada na Conferência «Poverty and Capital», 2-4 de Julho de 2007. University of Manchester. Disponível em: <https://eprints.soas.ac.uk/5685/1/brooks.pdf>.
- Fine, B. (2009a). Financialisation and social policy. Comunicação na Conferência «Social and Political Dimensions of the Global Crisis: Implications for Developing Countries», 12-13 de Novembro de 2009. Genebra: UNRISD. Disponível em: <https://eprints.soas.ac.uk/7984>.

- Fine, B. (2009b). Looking at the crisis through Marx. *International Socialist Review*, 64, 40-47.
- Fine, B. 2010. Locating financialization. *Historical Materialism*, 18, 97-16.
- Fine, B. (2012a). Neoliberalism in retrospect? It's financialization, stupid. In C. Kyung-Sup, B. Fine & L. Weiss (eds.), *Developmental Politics in Transition: the Neoliberal Era and Beyond*. Londres: Palgrave MacMillan.
- Fine, B. (2012b). Economic reproduction and the circuits of capital. In B. Fine & A. Saad-Filho, A. (eds.), *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham (UK) and Northampton (USA): Edward Elgar.
- Fine, B. (2013). Financialization from a Marxist Perspective. *International Journal of Political Economy*, 42(4), 47-66.
- Fine, B. & Saad-Filho, A. (2016). *Marx's Capital*. Londres: Pluto Press.
- Forquilha, S. & Orre, A. (2011). «Transformações sem mudanças»: os conselhos locais e o desafio da institucionalização democrática em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- Ganho, A. S. (2013). Agro-investimentos privados e seus reflexos na regulamentação fundiária e hídrica em dois regadios estatais em Gaza. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- GdM (Governo de Moçambique). (2010). *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional*. Maputo.
- GdM (2011). *Plano de Ação para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014*. Aprovado na 15.^a Sessão Ordinária do Conselho de Ministros. Maputo: Governo de Moçambique.
- GdM (2015). Programa Quinquenal do Governo para 2015-2019. *Boletim da República*, I Série, Número 29, 2.º Suplemento.
- Guebuza, A. (2004). Podemos, merecemos e somos capazes de ser ricos. *Domingo*, 28 de Novembro, 20-21.
- Harvey, D. (2015). *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. Londres: Profile Books Limited.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) (2015). *Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF-2014/15*. Dezembro. Maputo.
- ISP (Industrial Strategy Project) (1998). Promoting Industrial Development in Southern Africa through Regional Integration and Co-operation. Univ. of Cape Town (Regional Research Project).
- Jones, L. P. & Sakong, Il. (1980). *Government, Business and Entrepreneurship in Economic Development: The Korean Case*. Harvard, Cambridge, Massachusetts e Londres: Harvard University.

- Kim, E. M. (1997). *Big Business, Strong State: collusion and conflict in South Korean Development, 1960-1990*, 247. Albany: State University of New York Press.
- Kohli, A. (1994). Where do high growth political economies come from? The Japanese lineage of Korea's «developmental state». *World Development*, 22(9), 1269-93.
- Langa, E. (2017). Dependência de megaprojectos e desindustrialização prematura em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Lapavistas, C. (2008). *Financialized Capitalism: direct exploitation and periodic bubbles*. Department of Economics, School of Oriental and African Studies, University of London. Disponível em: <https://marxismocritico.files.wordpress.com/2011/10/financialised-capitalism-direct-exploitation-and-periodic-bubbles.pdf> (consultado a 14 de Maio de 2017).
- Lenin, V. I. (2010). *Imperialism: The Highest Stage of Capitalism*. Londres: Penguin Classics.
- Louçã, F. & Mortágua, M. (2012). *A Dividadura: Portugal na crise do Euro*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Luxemburg, R. (2003). *The Accumulation of Capital*. Nova Iorque: Routledge.
- Machel, M. (2011). O duplo papel do Governo na migração da radiodifusão do analógico para o digital: um negócio da China para a família Guebuza. *CIP Newsletter*, 11, 1-5.
- Machel, M. (2012). Alianças com selo de tráfico de influências e conflitos de interesses. *CIP Newsletter*, 13, 10-16.
- Machel, S. M. (1973). O processo da revolução democrática popular em Moçambique. In *Colecção Estudos e Orientações*, edição de 1980. Maputo: Instituto Nacional do Livro e Disco.
- Machel, S. M. (1974). Estabelecer o poder popular para servir as massas. In *Colecção Estudos e Orientações*, edição de 1980. Maputo: Instituto Nacional do Livro e Disco.
- Machel, S. M. (1977). *O Partido e as Classes Trabalhadoras Moçambicanas na Edificação da Democracia Popular*. Relatório do Comité Central ao III Congresso da Frelimo. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico (Frelimo).
- Mandel, E. (1980). *Late Capitalism*. Londres: Verso Edition.
- Mandlate, O. (2017). A bolha económica moçambicana e o papel da porosidade económica na absorção dos recursos externos. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Marois, T. (2012). Finance, financial capital and financialization. In B. Fine & A. Saad-Filho (eds.), *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham (UK) and Northampton (USA): Edward Elgar.
- Marx, K. (1847). Speech of Dr. Marx on protection, free trade and working classes. *The Northern Star*, 520, 9 de Outubro.

- Marx, K. (1976). *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 1. Londres: Penguin Classics.
- Marx, K. (1978). *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 2. Londres: Penguin Classics.
- Marx, K. (1981). *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 3. Londres: Penguin Classics
- Marx, K., & Engels, F. (1848). *Manifesto of the Communist Party*. Disponível em:
<https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Manifesto.pdf>
 (consultado a 25 de Abril de 2017).
- Massarongo, F. (2013). Porque é que os bancos privados não respondem à redução das taxas de referência do Banco de Moçambique? Reflexões. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- Massarongo, F. (2016). Estrutura da dívida pública em Moçambique e a sua relação com as dinâmicas de acumulação. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- Massarongo, F. (2017). Política monetária e estrutura produtiva da economia de Moçambique. In Brito, L., Castel-Branco, C., Chichava, S., Forquilha, F. & Francisco, A. (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. IESE: Maputo.
- Massarongo, F. & Muianga, C. (2011). Financiamento do Estado com recurso à dívida – problemas e desafios. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- Moçambique (2001). *Agenda 2025: a visão e a estratégia da Nação*. Maputo.
- Nhachote, L. (2010). Indústria de mineração atrai várias figuras da nomenclatura dominante. *CIP Newsletter*, 6, 6-7. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP).
- O’Laughlin, B. (1981). A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 3, 9-32. Maputo: CEA/UEM.
- O’Laughlin, B. (1996). Through a divided glass: dualism, class and the Agrarian question in Mozambique. *Journal of Peasant Studies*, 23(4), 1-39.
- OECD (2010). *Promoting Transparency and Exchange of Information for Tax Purposes*. Disponível em:
<http://www.oecd.org/newsroom/44431965.pdf>.
- Office of National Statistics (2017). Disponível em:
<https://www.ons.gov.uk/economy/grossdomesticproductgdp> (consultado a 14 de Maio de 2017).
- Ossemame, R. (2011). Desafios de expansão das receitas fiscais. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2011*, 133-160. Maputo: IESE.

- Ossemane, R. (2012). Será a ITIEM relevante para melhorar a gestão dos recursos minerais? Uma análise crítica da experiência. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2012*, 145-164. Maputo: IESE.
- Sande, Z. (2011). «7 milhões» – revisão do debate e desafios para diversificação da base produtiva. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- Sky News (2013). Tax evasion: G8 leaders vow tougher stance. Disponível em: <http://news.sky.com/story/tax-evasion-g8-leaders-vow-tougher-stance-10442604> (consultado a 14 de Maio de 2017).
- The Guardian* (2013). G8: Cameron and Osborne to make final push for tax evasion crackdown. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2013/jun/17/g8-tax-avoidance-crackdown-david-cameron> (consultado a 14 de Maio de 2017).
- The Guardian* (2017). Costs of banking bailout in the UK. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/reality-check-with-polly-curtis/2011/sep/12/reality-check-banking-bailout> (consultado a 14 de Maio de 2017).
- The Independent* (2013). G8 leaders must do more than talk a tough game on multinational tax avoidance. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/voices/comment/g8-leaders-must-do-more-than-talk-a-tough-game-on-multinational-tax-avoidance-8662162.html> (consultado a 14 de Maio de 2017).
- Truth Committee on the Greek Public Debt (2015-2016). *Reports*. Disponível em: <http://www.cadtm.org/Commission-pour-la-verite-sur-la-2224?lang=en> (consultado a 14 de Maio de 2017).
- Tutashinda, N. (1978). As mistificações da «Autenticidade Africana». *Cadernos Ulmeiro*, 2(1). Lisboa.
- UTRE (Unidade Técnica de Reestruturação Empresarial) (1996). *Mozambique: Evaluating the Impact and Effectiveness of the Enterprise Restructuring Program*. Maputo: Ministério do Planeamento e Finanças de Moçambique.
- UTRE (1999). «*Privatisation in Mozambique*», Maputo: Technical Unit for Enterprise Restructuring. Maputo: Ministério do Planeamento e Finanças de Moçambique.
- Woodhouse, P. (2012). Agricultura, pobreza e a receita do PARP. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE.
- Wuyts, M. (1980). Economia política do colonialismo Português em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 1, 9-22. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA).

- Wuyts, M. (1981). Camponeses e economia rural em Moçambique. *Relatório*, 81/8. Maputo: CEA (Centro de Estudos Africanos).
- Wuyts, M. (2011a). Será que crescimento económico é sempre redutor da pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique. *Boletim IDEIAS*, 35. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/?__target__=publications_ideias.
- Wuyts, M. (2011b). The working poor – a macro perspective. Valedictory Address as Professor of Applied Quantitative Economics delivered on Thursday 8 December, 2011 at The Institute of Social Studies, The Hague, The Netherlands.
- Wuyts, M. & Kilama, B. (2014a). Economic transformation in Tanzania: vicious or virtuous circle? *REPOA Working Paper*, 14/4.
- Wuyts, M. & Kilama, B. (2014b). The changing economy of Tanzania: patterns of accumulation and structural change. *REPOA Working Paper*, 14/3.